

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA



SEABRA – BAHIA
2^a Edição - Dezembro de 2010



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – SDT
COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TERRITÓRIOS – CET
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA CHAPADA
DIAMANTINA - CEDETER**

**COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA
TÉCNICA – ASCONTEC**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA – BAHIA**

**SEABRA – BAHIA
2^a Edição - Dezembro de 2010**

**COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA –
ASCONTEC**

Contrato de Repasse
0267708-85/2008 – ASCONTEC/CAIXA/MDA

Parceria na Qualificação do Plano

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia – FETAG/BA
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA/SEAGRI
Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ/SEPLAN
Secretaria Estadual de Cultura - SECULT

Instâncias Territoriais

Conselho de Desenvolvimento Territorial da Chapada Diamantina – CEDETER CHAPADA
Coordenação Executiva
Núcleo Técnico

Conselheiro no CEDETER/BA
Antônio Cunha Bacelar

Assessores Técnicos Territoriais

João Alberto de Souza – ASCONTEC/MDA
Jorge Paulo de Miranda – FETAG-BA/INGÁ

Coordenadores Territoriais

Evaristo Carneiro de Souza
Reginaldo Azevedo Lima

Equipe Técnica de Apoio
Pitágoras Luna Freire
Geisa Grabiele Neiva Silva

Sistematização
Cristiane Nascimento Santos

Consultores Estaduais

Ana Cláudia Gomes dos Santos – IICA/MDA
Gustavo Machado – FETAG-BA/INGÁ

Consultores do Plano

Sândalo Rego Paim
Taciana de Oliveira Carvalho
Dermeval Gervásio de Oliveira

Contato do Colegiado

Rua Manoel Fabrício, S/N - Bairro Tamboril - Seabra-Bahia. CEP. 46.900-000
Telefone: (75)3331-1113 / 3331-1117
territoriochapada@hotmail.com

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	07
2. Caracterização Geral do Território	09
2.1 Aspectos Ambientais	09
2.2 Aspectos Históricos	11
2.3 Aspectos Demográficos.....	13
2.4 Aspectos Socioeconômicos.....	14
2.4.1 <i>Índice de Desenvolvimento Humano.....</i>	18
2.4.2 <i>Assentamentos Rurais e Comunidades Tradicionais.....</i>	21
2.4.3 <i>PRONAF no Território</i>	21
3. Gestão Social do Território	24
4. Visão de Futuro	26
5. Objetivos Estratégicos do Plano	29
6. Desafios e Gargalos	31
7. Eixos Aglutinadores.....	32
7.1 Agricultura Familiar e Reforma Agrária	32
7.2 Saúde	37
7.3 Educação.....	40
7.4 Cultura	34
7.5 Comunidades Tradicionais	43
7.6 Gênero.....	45
7.7 Meio Ambiente.....	46
7.8 Turismo.....	50
7.9 Comunidade LGBT	50
7.10 Infraestrutura	53
7.10.1 <i>Transporte.....</i>	54
7.10.2 <i>Moradia</i>	54
7.10.3 <i>Abastecimento de água e saneamento</i>	55
7.10.4 <i>Energia.....</i>	56
7.10.5 <i>Comunicação</i>	58
7.10.6 <i>Segurança Pública.....</i>	59
8. Programas e Projetos	60
9. Considerações Finais	67
10. Anexos	68
11. Referências Bibliográficas	76

SIGLAS

ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
AEGRE	Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia
APA	Área de Proteção Ambiental
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica Socioambiental
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEREST -	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CF8	Centro Feminista 8 de Março
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DAP -	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DIREC	Diretoria Regional de Educação
DIRES	Diretoria Regional de Saúde
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EAD	Educação a distância
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFA	Escola Família Agrícola
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPAC	Instituto Pedagógico de Desenvolvimento Agro-social e Comunitário
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCNF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR/NEII	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos.
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência
PROINF	Projetos de Infraestrutura
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Territórios
PSF	Programa Saúde da Família
PTDS	Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEC	Secretaria da Educação da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMEC	Secretarias Municipais de Educação
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SESAB	Secretaria da Saúde do Estado
SUIS	Sistema único de inclusão social
SUS	Sistema Único de Saúde
USF	Unidade de Saúde da Família
NASF	Núcleos de Apoio à Saúde da Família

1. APRESENTAÇÃO

O conceito mais abrangente de território define-o como espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições; e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão (social, cultural e territorial) e sentimento de pertencimento (SDT, 2005).

Entre os objetivos da política territorial está à construção e implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDS. Esse se constitui em uma ferramenta de gestão social do território, que se constitui em mais uma das estratégias do Governo Federal através do MDA e da SDT que propõem uma nova política de desenvolvimento sustentável.

Assim, o plano expressa as decisões tomadas pelo conjunto dos atores e atrizes sociais que compõem o Território Chapada Diamantina. É um documento que deverá servir de base para as ações de médio e longo prazo na dinâmica interna e externa do território, envolvendo as dimensões ambiental, sociocultural, educacional, socioeconômica, produtiva e política institucional do desenvolvimento.

A construção do Plano ocorreu a partir de discussões realizadas com representantes de vários setores da sociedade. Foram realizadas oficinas, com duração de 8 (oito) à 16 (dezesseis) horas cada, com os seguintes temas: saúde, reforma agrária, comunidades tradicionais, gênero e meio ambiente, tendo como princípio norteado a metodologia participativa. O processo de construção contou com a participação de diversos atores e atrizes sociais do território, juntamente com o Colegiado Territorial, a coordenação executiva e o núcleo técnico.

Esse é o terceiro plano elaborado/qualificado pelo Território Chapada Diamantina, entre os avanços, pode-se destacar a implantação do Hospital Regional, da Escola Família Agrícola, de mais cursos na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, do Pacto Federativo, as chamadas públicas de ATER e também o Projeto Mulheres e Autonomia, desenvolvido pelo Centro Feminista 8 de Março – CF8 que objetiva a inserção as mulheres na dinâmica do território.

O PTDS é composto de caracterização geral, gestão social, visão de futuro, objetivos estratégicos, desafios e gargalos, eixos aglutinadores, programas e projetos e considerações finais.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO

2.1. Aspectos geoambientais

O Território Chapada Diamantina, está localizado no centro do estado da Bahia, compreendendo 23 municípios (Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner), com uma área total de 30.458,88Km². (SEI, 2010).

MAPA 1 – Municípios que compõem o Território Chapada Diamantina



O relevo territorial da Chapada caracteriza-se por áreas planálticas e serranas, intercaladas pelas depressões periféricas e interplanálticas. A variedade de sua conformação decorre de ter sido fundo do mar e praia, há milhões de anos. A água que invadia o continente depositava segmentos na região e a areia foi formando rochas com veios de diamantes.

As altitudes nesse território variam entre 500 a 1.000 metros, exceção para o Pico do Barbado com 2.033 metros (município Abaíra), ponto mais alto do Estado que forma um divisor natural de águas que por um lado, desaguam na bacia do São Francisco e por outro, na própria Região, onde nascem os dois maiores rios baianos: o de Contas e o Paraguaçu (PDRS, 1997).

Em função do relevo, o clima exibe características tropicais. As precipitações pluviométricas apresentam variações de 700 a 1000 mm anuais, com temperaturas amenas, alcançando no mês de julho, em alguns municípios, a mínima de 16,4° C, como é o caso do município de Piatã.

Estas condições especiais, que diferem das normalmente encontradas no Nordeste Brasileiro, proporcionam a existência de vales úmidos no território da Chapada Diamantina. As encostas e os piemontes circundados por vegetação exuberante favorecem a grande disponibilidade de córregos e riachos, tornando um atrativo a mais para a exploração turística.

A diversidade de plantas aí existentes pode ser comparada à da Amazônia, O Pico das Almas é considerado uma grande geradora de espécies, com similaridade apenas nas regiões do Cabo (África do Sul), Cochó (parte ocidental dos Andes, na Colômbia) e no Sudoeste da Austrália. No Pico das Almas, no município de Rio de Contas, foram descobertas 131 espécies de plantas até então desconhecidas pela comunidade científica.

A conjunção dos fatores relevo, flora e recursos hídricos proporcionam ao território da Chapada Diamantina uma singular beleza, destacando-se o trecho Lençóis - Andaraí, principalmente o Vale do Rio São José, onde encontram-se dez riachos afluindo em cascatas. Outro trecho importante é o do Morro Pai Inácio e as grutas Pratinha e Lapa Doce. Ainda de extrema beleza é o Vale do Capão de forma semelhante a um *canyon*, com desniveis de até 300 metros nas planícies dos campos gerais. Neste vale está localizada a Cachoeira da Fumaça, um dos maiores pontos de atração turística do território.

Com relação aos impactos ambientais, as atividades ainda hoje ligadas à mineração têm sido responsáveis pela degradação de vastas glebas, principalmente no Parque Nacional da Chapada, onde se verifica o assoreamento de alguns riachos.

Para preservação dos recursos naturais do território foram constituídas algumas unidades de conservação denominadas de APAs, sob a responsabilidade direta do Estado, e o Parque Nacional, sob a tutela direta da União, via IBAMA, sendo elas: a APA – Área de Proteção Ambiental Marimbus/Iraquara, que abrange parte da zona rural dos municípios de Seabra, Iraquara, Palmeiras e Lençóis; a APA de Proteção Ambiental Serra do Barbado, integrada por parcela da zona rural dos municípios de Abaíra, Piatã, Rio de Contas e Érico Cardoso; e o Parque Nacional da Chapada Diamantina, que compreende parte dos municípios de Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Itaetê e Ibicoara. E a Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE, na Serra do Tromba, entre os municípios de Piatã e Abaíra.

Existe também o Parque Nacional da Chapada Diamantina, o mais expressivo ícone ecológico da região – fruto da mobilização dos grupos ambientalistas e das forças políticas regionais e estaduais em torno da sua preservação.

2.2. Aspectos históricos

A ocupação socioeconômica da Chapada Diamantina resultou da expansão da pecuária no vale do São Francisco e das descobertas auríferas nas nascentes dos rios de Contas, Paramirim e Itapicuru, no início do século XVIII. Várias "bandeiras" passaram pela Chapada Diamantina à procura de ouro e pedras preciosas e de índios para escravidão. Contudo, o povoamento colonizador adveio inicialmente pelo oeste, com as fazendas de gado do mega-latifundiário sesmeiro Antônio Guedes de Brito.

As cabeceiras dos rios Paraguaçu, Jacuípe e Jequiriçá e as serras do Orobó e do Sincorá foram ocupadas pelo colonizador branco, a partir de 1671, como resultado da "bandeira" de Estevão Ribeiro Baião Parente. Este vetor de povoamento atraiu populações, com distribuição de sesmarias nas terras conquistadas dos índios, inicialmente entre as cabeceiras do Jequiriçá, Sertão de Maracás e Serra do Orobó, depois entre os rios Paraguaçu e de Contas, atingindo, em pouco tempo, as terras do Sincorá e Chapada.

As fazendas de gado de Antônio Guedes de Brito e seus sucessores ocuparam lentamente os vales dos rios e posteriormente os planaltos, até que a

necessidade de subsistência dos garimpos exigiu a ampliação das policulturas agrícolas, desenvolvendo os circuitos comerciais intra e inter-regionais.

O declínio da produção aurífera, iniciado ainda no século XVIII, conduziu grande parte dos garimpeiros a espalhar-se nas vizinhanças, como pequenos proprietários de terras, arrendatários e posseiros, produzindo autonomamente ou empregando-se como meeiros ou diaristas. Os sucessivos titulares dos latifúndios deixados por Antônio Guedes de Brito vendiam, arrendavam e eventualmente doavam suas terras, iniciando, desse modo, a decomposição do latifúndio.

A região assumiu, a partir de então, uma feição policultura, diversificando também as relações de trabalho com a meação, o diarista e a produção familiar autônoma – protocampesinato - onde predominava inicialmente o escravismo, inclusive na pecuária.

O maior fluxo imigratório da Chapada ocorreu a partir do século XIX, com o surto diamantino, onde se multiplicaram as povoações de palhoças improvisadas, muitas das quais se consolidaram com a persistência dos garimpos, outras se esvaíram com ele.

Entre 1844 a 1848, mais de 30 mil pessoas emigradas de toda parte do Brasil, sobretudo de Minas Gerais, em pouco tempo improvisaram vários povoados: Lençóis, Andaraí e Xique-Xique (Igatu); Barro Branco e Pedra Cravada, com mais de 50 mil habitantes.

A Chapada Diamantina viveu êxodos e diásporas, provocados pelos fluxos e refluxos mineradores ou flutuações pluviométricas, com eventuais estiagens de dimensões catastróficas, quando a influência dos meios de transporte e comunicação multiplicava as distâncias. A grande seca de 1857-1861 forçou grandes emigrações da região e circunvizinhanças.

Após uma fase áurea de cerca de um quarto de século, o garimpo entra em declínio a partir de 1871, devido principalmente: a concorrência das jazidas sul-africanas, associadas à quimberlitos, descobertas seis anos antes; ao emprego de métodos extractivos rudimentares, que não permitiam a exploração de depósitos de médios e baixos teores.

O declínio da população diamantífera na Chapada, cujos primeiros sinais foram notados em 1871-1872, provocou lentamente a dispersão dos garimpeiros. Grande parte dos que não migraram dedicaram-se à plantação de café e de cereais.

No início do século XX começou a exaustão dos diamantes e carbonados. Muitas famílias emigraram em direção aos sertões da Serra Geral, empregando-se nas policulturas do algodão, milho, feijão e outros cereais; outros se dirigiram aos cafezais paulistas e indústrias paulistanas e do ABC.

O esgotamento do ciclo da mineração, acarretou um longo período de estagnação econômica, trouxe como consequência a migração da população para outras regiões do Estado, com um decréscimo significativo da mesma.

2.3. Aspectos demográficos

A população residente dos municípios do Território da Chapada Diamantina obteve um pequeno crescimento entre 2000 e 2010, com uma população de 352.607 em 2000 e 359.677 em 2010, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Municípios que integram o Território da Chapada Diamantina com o número de populações, 2000 - 2010

Município	Área (km ²)	População (hab)	
		Total 2000	Total 2010
Abaíra	578	9607	8303
Andaraí	1895	13884	13620
Barra da Estiva	1402	24440	21110
Boninal	848	12461	13644
Bonito	641	12902	14453
Ibicoara	977	14453	17213
Ibitiara	1.755,6	14443	15510
Iraquara	800	18334	22593
Itaetê	1194	14006	14914
Jussiápe	523	10051	7685
Lençóis	1240	11425	10368
Marcionílio Souza	1162	10775	10382
Morro do Chapéu	5532	34494	37496
Mucugê	2482	13682	10514
Nova Redenção	511	8636	8034
Novo Horizonte	614,8	8502	10673
Palmeiras	696	7518	8404
Piatã	1508	18977	17515
Seabra	2825	39422	41633

Souto Soares	1096	14795	15877
Rio de Contas	1056,3	13935	12817
Utinga	717	16889	17936
Wagner	416	8976	8983
Total	30.458,88	352.607	359.677

Fonte: IBGE/Censo 2010.

2.4 Aspectos socioeconômicos

A formação econômica e social da Chapada Diamantina teve como fator dinamizador o ciclo da mineração, que se estendeu dos séculos XVIII a XIX, estando ligado historicamente à penetração no interior do Brasil das “entradas e bandeiras”. Com o declínio da produção de ouro e diamante na Região, as atividades extractivas minerais ficaram voltadas para a exploração da barita, chumbo e zinco, embora ainda se verifique a exploração de ouro, diamantes e carbonatos em pequena escala, através dos chamados “faisqueiros”.

Analizando a tabela 2, que apresenta o PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios integrantes do Território da Chapada no ano 2006, com base nos dados disponibilizados pela SEI. Pode-se observar que os municípios de Jussiape, seguido por Ibitiara e Piatã, apresentam os menores PIBs do território, já no outro extremo, ou seja, como os maiores valores encontram-se Mucugê, Bonito e Ibicoara, em ordem crescente. O alto valor do PIB nesse município pode em grande parte ser atribuída à investimento de capital estrangeiro, por meio do agronegócio.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) do Território (2006)

Municípios	PIB (R\$ milhão) Municipal - 2006	PIB (R\$) Per Capita - 2006	Percentual do PIB Municipal em Relação ao Estado
Abaíra	23,02	2.475,30	0,02
Andaraí	34,03	2.504,41	0,04
Barra da Estiva	94,89	3.190,98	0,10
Boninal	28,63	2.469,89	0,03
Bonito	106,93	7.508,95	0,11
Ibicoara	186,78	10.625,98	0,19
Ibitiara	29,02	2.311,87	0,03
Iraquara	57,69	2.987,24	0,06
Itaeté	37,92	2.749,11	0,04

Jussiape	24,41	2.129,67	0,03
Lençóis	37,42	3.785,18	0,04
Marcionílio Souza	26,99	3.120,43	0,03
Morro do Chapéu	105,23	2.882,85	0,11
Mucugê	87,04	5.390,19	0,09
Nova Redenção	20,23	2.735,19	0,02
Novo Horizonte	21,88	3.012,66	0,02
Palmeiras	22,15	2.841,17	0,02
Piatã	46,66	2.396,55	0,05
Rio de Contas	42,85	3.132,08	0,04
Seabra	141,81	3.495,26	0,15
Souto Soares	34,80	2.859,20	0,04
Utinga	56,76	3.384,23	0,06
Wagner	27,00	2.750,05	0,03

Fonte: SEI /SEPLAN

O território da Chapada da Diamantina tem fortes raízes culturais e um acervo ambiental que o referencia como espaço de investimento turístico, em nível nacional e internacional. Possui riquezas naturais e culturais atrativas, como cachoeiras, montanhas, rios, monumentos históricos e culturais, inclusive inscrições rupestres. Acrecentam-se as práticas agroecológicas em comunidades tradicionais e áreas de assentamentos de reforma agrária o que vem despertando a atenção e a curiosidade de muitas pessoas que visitam a Chapada, e abre espaço para o turismo rural.

O Território entende que é preciso priorizar investimentos que possam contribuir para elevar o PIB dos municípios. Com isso, tem havido uma crescente preocupação com o fomento à agricultura familiar e a gestão dos recursos naturais, com o intuito de promover o turismo, o ecoturismo e o turismo rural como formas de alavancar o PIB dos municípios.

A bovinocultura está presente em todo o território com plantéis de animais de baixo padrão, sem raça definida. A predominância é o gado de corte. Os criadores desenvolvem práticas tradicionais sem manejo adequado. A maior parte da produção de leite é vendida para cooperativas regionais que processam e beneficiam o produto. Na produção de gado de corte comercializa-se tanto o animal vivo quanto o animal abatido. O território dispõe de 354.145 cabeças de bovinos, de 41.839 caprinos e 33.466 ovinos. Destacam-se os municípios de Marcionílio Souza e

Morro do Chapéu no rebanho bovino e ovino, Barra da Estiva e Morro do Chapéu no rebanho caprino, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 3 – Rebanho nos municípios do Território (2008)

MUNICÍPIO	REBANHO (unidade)		
	Bovinos	Caprinos	Ovinos
Abaíra	7.410	1.980	2.250
Andaraí	26.594	615	805
Barra da Estiva	7.404	8.609	1.846
Boninal	15.178	358	217
Bonito	10.130	1.550	2.165
Ibicoara	20.163	737	615
Ibitiara	24.305	5.421	3.165
Iraquara	13.525	305	317
Itaeté	30.439	4.015	1.814
Jussiape	11.340	500	1.500
Lençóis	1.422	81	219
Marcionílio Souza	34.333	4.169	8.805
Morro do Chapéu	29.532	6.680	4.290
Mucugê	5.355	100	336
Nova Redenção	17.609	800	50
Novo Horizonte	10.100	1.732	1.265
Palmeiras	5.257	450	580
Piatã	12.907	440	574
Rio de Contas	10.372	114	191
Seabra	23.355	1.595	1.442
Souto Soares	3.569	818	126
Utinga	26.240	364	155
Wagner	7.606	406	739
TOTAL	354.145	41.839	33.466

Fonte: IBGE, 2010 (adaptado)

Além dos bovinos, caprinos e ovinos, outras criações animais como suínos, aves, peixes e abelhas também são produzidas e comercializadas em diversos municípios do território. A produção de aves, especialmente galinhas, ocorre em todos os municípios.

A produção agrícola é bastante diversificada, predominando quatro ramos principais: fruticultura, cafeicultura, hortaliças e alimentos básicos. Em toda a extensão territorial da Chapada Diamantina, os principais produtos comercializados são café, mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão e o gado de corte.

O café expandiu-se no território da Chapada Diamantina em decorrência de incentivos do Governo Federal buscando seu desenvolvimento fora das principais regiões produtoras, devido à incidência de pragas, geadas e baixas produtividades dos cafezais do sul do país, com a crise tendo o seu apogeu em finais da década de 70. Neste período foram deslocadas para o território grandes empresas nacionais e estrangeiras, objetivando uma produção em escala do Café Arábica para exportação. Atualmente o café é cultivado em praticamente todo o território por pequenos, médios e grandes produtores, com exceção dos municípios de Novo Horizonte e Ibitiara. Os principais municípios produtores são: Barra da Estiva, Bonito, Ibicoara, Morro do Chapéu e Piatã.

Os alimentos básicos – feijão, milho e mandioca – são produzidos por, praticamente, todos/as os/as agricultores/as familiares, para a subsistência das famílias. Alguns municípios do território, além de produzirem estes alimentos, também os comercializam. O feijão está difundido em todo o território e é um produto estratégico para os produtores familiares na geração de renda e segurança alimentar.

Tabela 4 – Principais culturas do Território Chapada Diamantina (2008)

Principais Culturas - 2008	Quantidade	% em Relação ao Estado	Maior Produtor do Território
Abacaxi	1.919 (mil)	1,13	Morro do Chapéu
Algodão Herbáceo (em caroço)	270 (ton.)	0,02	Rio de Contas
Alho	1.824 (ton.)	42,22	Novo Horizonte
Amendoim (em casca)	8 (ton.)	0,11	Itaeté
Arroz (em casca)	532 (ton.)	1,25	Rio de Contas
Banana	25.560 (ton.)	1,80	Wagner
Batata Doce	45 (ton.)	0,18	Wagner
Batata Inglesa	291.070 (ton.)	99,95	Mucugê
Café (beneficiado)	38.215 (ton.)	23,45	Bonito
Cana-de-açúcar	323.695 (ton.)	5,69	Rio de Contas
Cebola	20.800 (ton.)	8,13	Ibicoara
Coco-da-baía	1.310 (mil)	0,21	Iraquara
Feijão (em grão)	17.306 (ton.)	5,43	Mucugê
Fumo (em folha)	170 (ton.)	1,96	Seabra
Girassol (em grão)	420 (ton.)	42,04	Morro do Chapéu

Goiaba	192 (ton.)	1,22	Bonito
Laranja	2.886 (ton.)	0,26	Bonito
Maçã	608 (ton.)	100,00	Ibicoara
Mamão	6.425 (ton.)	0,71	Utinga
Mamona (baga)	9.295 (ton.)	9,62	Morro do Chapéu
Mandioca	94.413 (ton.)	2,17	Souto Soares
Manga	1.441 (ton.)	0,31	Rio de Contas
Maracujá	3.033 (ton.)	1,10	Mucugê
Marmelo	175 (ton.)	100,00	Morro do Chapéu
Melancia	15.745 (ton.)	5,73	Ibicoara
Milho (em grão)	24.826 (ton.)	1,32	Ibicoara
Pimenta-do-Reino	4 (ton.)	0,10	Utinga
Sisal ou agave (fibra)	7.439 (ton.)	3,17	Morro do Chapéu
Sorgo granífero (em grão)	99 (ton.)	0,10	Souto Soares
Tomate	99.637 (ton.)	38,90	Ibicoara

Fonte: IBGE

Além dos produtos agrícolas acima citados, são comercializados no território produtos processados derivados da cana, do leite, do milho, da mandioca e de frutas, em geral, feitos nas próprias comunidades rurais. Destaca-se a produção de cachaça está mais presente nos municípios de Abaíra, Rio de Contas, Iraquara, Lençóis, Ibicoara, outros derivados da cana, como rapadura e açúcar mascavo, também são produzidos.

Freqüentemente nas comunidades rurais são encontrados também trabalhos artesanais, como panos de prato e toalhas bordadas, cestarias feitas com palhas de milho ou fibra de banana, pequenas esculturas em madeira com temáticas do campo.

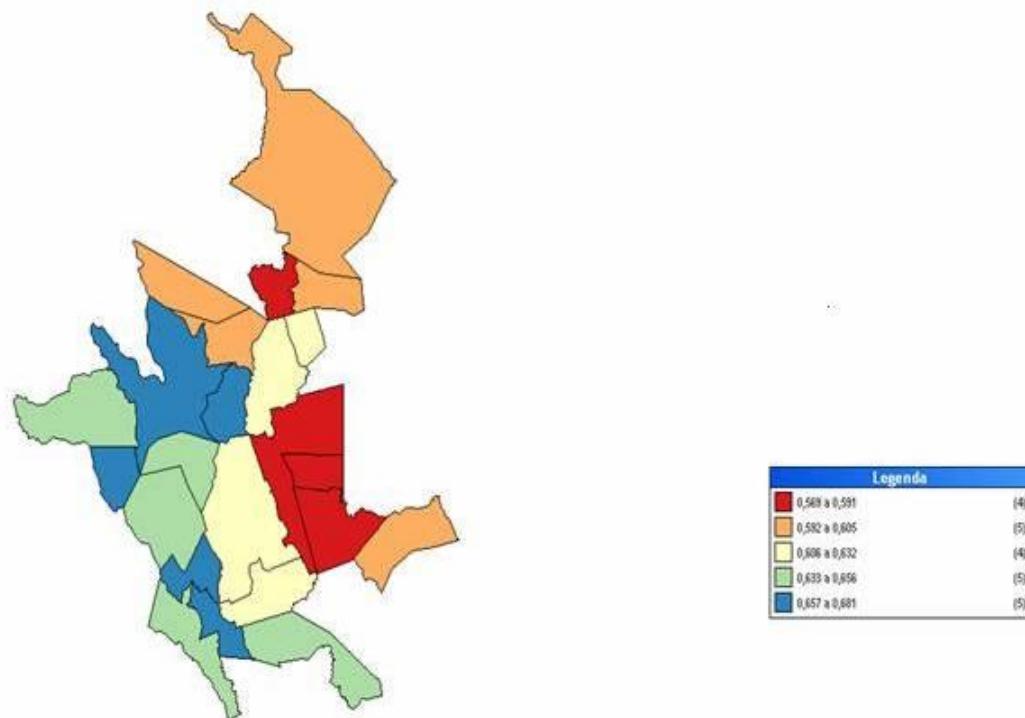
2.4.1 O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Os dados do IDH no território Chapada Diamantina, como pode ser visto na mapa abaixo mostra que dos 23 municípios que compõem o território, observa-se que quatro desse municípios apresentam IDH com regular estágio de desenvolvimento que varia de 0,569 até 0,591. Porém outros cinco municípios, esse mesmo índice variam de 0,657 à 0,681 que é considerado um estágio de desenvolvimento moderado.

Porém, é interessante ressaltar que os dados do IDH referem-se ao ano de 2000 e neste período de 10 anos, obteve-se avanços significativos na área social

que compõem esse índice (educação, renda e saúde), o que provavelmente ocasionou a elevação do mesmo.

Mapa 2 – IDH dos municípios do Território Chapada Diamantina



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2000

Como já citado acima, o IDH só é realizado junto ao censo demográfico, que só acontece de 10 em 10 anos. Diante disso, utilizar-se os dados do Sistema FIRJAN, denominado de Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal que se distingue por ter periodicidade anual, recorte municipal e abrangência nacional. Estas características possibilitam o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social de todos os 5.564 municípios brasileiros de forma objetiva e com base exclusiva em dados oficiais relativos às três principais áreas de desenvolvimento: Emprego & Renda, Educação e Saúde, assim como o IDH.

Na tabela abaixo apresenta-se os dados do IFDM para os 23 municípios do território, assim como a sua colocação no ranking nacional e estadual. A partir da

análise da tabela, observa-se que Seabra apresenta a melhor colocação, no outro extremo encontra-se o município de Andaraí com a pior colocação.

Tabela 5 – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (2007)

Municípios	Posição Nacional	Posição Estadual	IFDM
Abaíra	5029º	222º	0,4782
Andaraí	5409º	358º	0,4344
Barra da Estiva	4736º	163º	0,4993
Boninal	5082º	236º	0,4745
Bonito	5153º	259º	0,4665
Ibicoara	4344º	94º	0,5259
Ibitiara	4841º	183º	0,4930
Iraquara	4044º	72º	0,5437
Itaetê	4833º	181º	0,4934
Jussiapê	5365º	338º	0,4398
Lençóis	4722º	159º	0,5004
Marcionílio Souza	5367º	340º	0,4392
Morro do Chapéu	5301º	311º	0,4495
Mucugê	4623º	136º	0,5074
Nova Redenção	5027º	221º	0,4784
Novo Horizonte	5238º	292º	0,4579
Palmeiras	4457º	107º	0,5189
Piatã	5293º	308º	0,4506
Seabra	3227º	37º	0,5923
Souto Soares	4802º	175º	0,4953
Rio de Contas	4856º	186º	0,4919
Utinga	5274º	302º	0,4534
Wagner	5137º	255º	0,4679

Fonte: Sistema FIRJAN, 2010.

As ações públicas devem estar voltadas ao desenvolvimento do ecoturismo e ao apoio a agricultura alternativa. O ecoturismo, turismo rural e as práticas agro-ecológicas em comunidades tradicionais podem contribuir para o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que ainda apresenta indicadores não satisfatórios na maioria dos municípios do território.

2.4.2 Assentamentos Rurais e Comunidades Quilombolas

As Comunidades Quilombolas estão distribuídas espacialmente em todos os territórios da Bahia, sendo 38 delas no Território Chapada Diamantina. Estas comunidades ainda lutam por direitos elementares e a propriedade da terra é um deles. Apenas a partir de 1988 a Constituição Brasileira reconheceu às comunidades remanescentes de Quilombos o direito à propriedade das terras que ocupam.

Com relação à reforma agrária, o território atualmente conta com 3.590 famílias assentadas, sendo o município de Andaraí o que abriga o maior número de famílias seguindo pelo município de Nova Redenção e logo após o município de Itaetê.

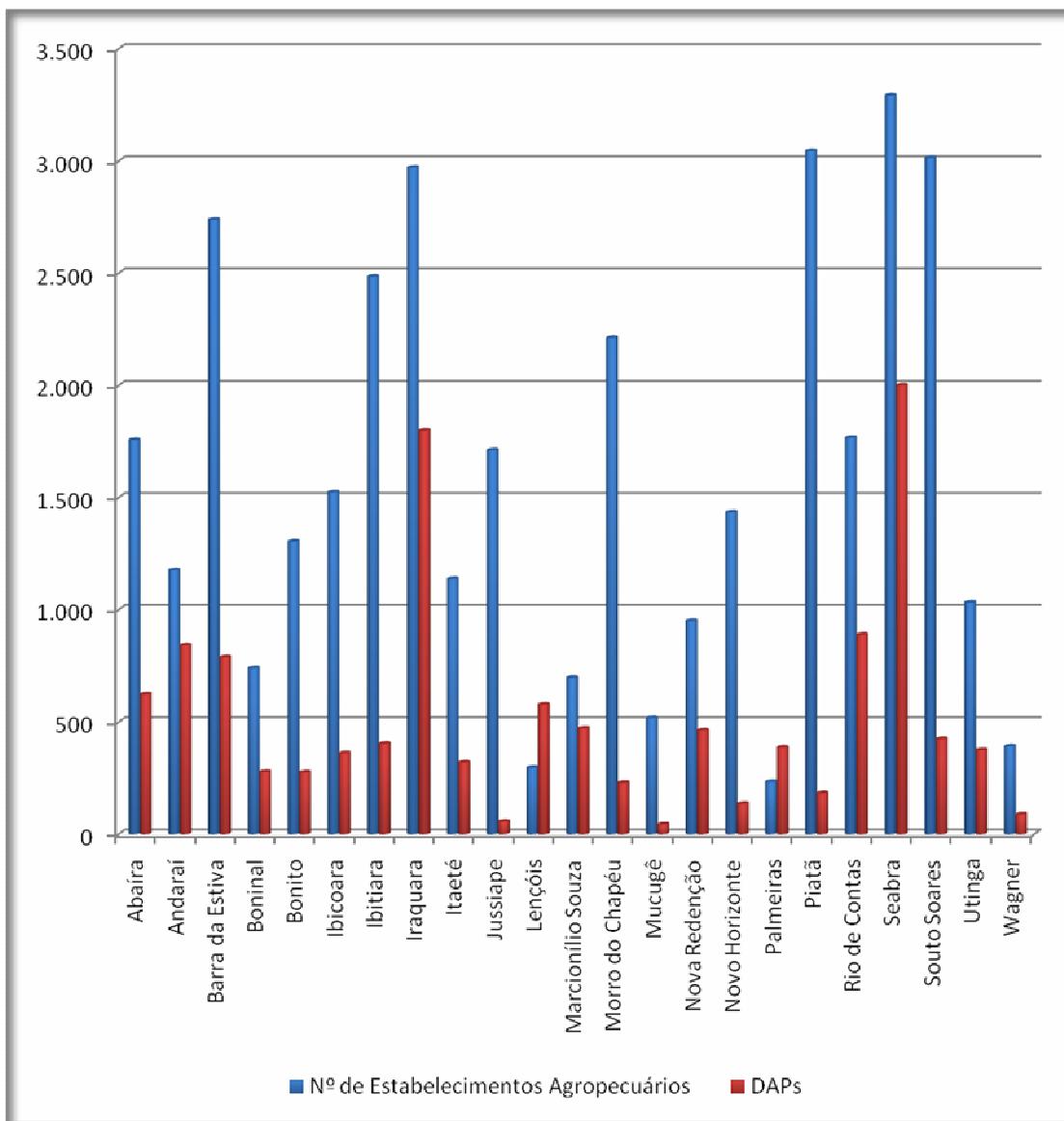
Em relação a política de crédito verifica-se que o acesso ao PRONAF A ainda é tímida, porém vem crescendo de forma considerável. A renda das famílias é constituída em grande parte, pelo Bolsa Família e pelas aposentadorias, o que de certa forma mantém a vida das pessoas nos assentamentos, uma vez que a produção agrícola em muitos casos ainda é incipiente no que se refere à geração de renda suficiente para a sustentabilidade econômica dos assentados.

2.4.3 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF no Território da Chapada Diamantina

Em se tratando de crédito, é imprescindível iniciar falando do acesso a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, pois só com esse documento em mãos, o agricultor e a agricultura familiar poderá ingressar em tantas políticas e programas que exigem a DAP, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da CONAB, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Garantia Safra.

Assim, no gráfico abaixo é possível observar o número de estabelecimento e quantidade deles que tiveram acesso a DAP no ano de 2009.

Gráfico 1 – Acesso a DAP no Território Chapada Diamantina



Fonte: Pacto Territorial, 2009

Verifica-se que o número de operação realizadas no PRONAF vem aumentando significativamente na maioria dos municípios que compõem esse território, como pode observado na tabela abaixo, que faz um comparativo no número de operações realizadas e valor total dessas nos anos de 2008 e 2009.

Tabela 6 – Operações do PRONAF realizadas nos anos de 2008 e 2009

Território de Identidade / Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	2008		2009	
		Operações	Valor	Operações	Valor
CHAPADA DIAMANTINA					
Abaíra	1.757	7	54.585,30	153	276.772,00
Andaraí	1.177	67	394.745,71	29	46.150,00
Barra da Estiva	2.739	545	1.609.223,06	607	1.387.156,82
Boninal	740	104	156.647,00	95	142.100,00
Bonito	1.305	142	1.178.626,86	170	1.242.529,70
Ibicoara	1.524	209	690.601,64	291	754.325,51
Ibitiara	2.485	46	81.751,86		
Iraquara	2.971	155	403.839,86	348	650.802,61
Itaeté	1.138	43	245.569,85	-	-
Jussiape	1.712	96	319.417,76	121	434.526,70
Lençóis	297	92	237.525,39	1	2.567,88
Marcionílio Souza	698	26	63.394,00	145	296.739,40
Morro do Chapéu	2.212	213	1.545.161,72	125	1.046.145,85
Mucugê	518	226	718.807,68	80	253.505,57
Nova Redenção	951	8	76.258,20	79	155.500,00
Novo Horizonte	1.435	283	1.322.089,36	74	156.500,00
Palmeiras	234	101	168.494,34	1	59.963,42
Piatã	3.045	158	606.261,46	239	472.845,43
Rio de Contas	1.767	793	3.049.395,19	564	2.718.514,26
Seabra	3.293	663	1.022.662,56	540	808.206,31
Souto Soares	3.014	15	120.039,28	138	208.568,00
Utinga	1.033	36	499.076,80	256	1.458.992,21
Wagner	392	3	36.047,88	3	156.855,48
TOTAL	36.437	4.031	14.600.223	4.059	12.729.267

Fonte: Pacto Territorial, 2009

3. GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Na idéia de gestão social pretende-se que os agentes envolvidos, sejam eles da sociedade civil e/ou do poder público estejam presentes em todos os momentos do processo, que vão desde a mobilização e a sensibilização daqueles que precisam estar presentes e contribuindo, até o posterior acompanhamento e controle social sobre as ações pactuadas (SDT/MDA, 2009).

A construção do processo de gestão social do território se dá a partir da necessidade do Colegiado de acompanhar a implantação dos projetos territoriais. Assim projetos como o Mulheres e Autonomia do CF8, que tem como objetivo a divulgação das políticas públicas para as mulheres do MDA e inserção das mesmas na dinâmica do território, sendo acompanhado de forma direta pelo Colegiado Territorial, outros projetos como os de ATER, ATES, implantação da EFA, do Hospital Regional da Chapada e do IFBA em Seabra e os PROINFs em geral, são acompanhados de forma sistemática por esse território.

Porém os projetos municipais apresentavam problemas quanto às suas informações o que começou a implicar de forma pouco positiva no momento de definição de novas ações.

No tempo que o problema da falta de informação surgiu na plenária territorial, os atores e atrizes sociais membros do colegiado perceberam que as dificuldades estavam na operacionalização das ações nos municípios contemplados com recursos. A partir de então decidiu que seria necessário a formação de comissões, que pudesse ir aos municípios contemplados com projeto, em especial aqueles do PROINF e definiu-se que o acompanhamento seria realizado pelos próprios representantes do colegiado, e o recurso para subsidiar as ações seriam derivados das entidades parceiras e de projetos já aprovados que tinham como finalidade fortalecer a gestão social.

As primeiras ações aconteceram no sentido de fazer o levantamento de informações dos projetos que haviam recebido recursos do PROINF. Essas informações permitiram no primeiro momento avaliar o total de recursos acessados através do PRONAT. Posteriormente foram agendadas visitas em cada um dos municípios do Território contemplados pelos recursos acima citados.

O objetivo dessas visitas era obter informações sobre a situação dos projetos, se já foram concluídos, se estão em andamento ou se estão paralisados. Assim, seriam avaliados junto à entidade que está/estava executando ou que foram contemplados com os projetos, quais os motivos que levaram as situações referidas.

Com isso, a gestão social tem colaborado para qualificar o processo de elaboração e seleção de novos projetos territoriais, rever os princípios e diretrizes da atuação dos atores e atrizes presentes no desenvolvimento territorial. Além disso, é possível identificar as fraquezas e as ameaças presentes em todas as etapas de implementação dos projetos.

Nessas visitas aos municípios são realizadas também mobilização e sensibilização com representantes da sociedade civil, do poder público e de ONGs, com o objetivo de aumentar a capilaridade da política territorial e a inserção de todos os segmentos da sociedade.

4. VISÃO DE FUTURO

O Território Chapada Diamantina obteve grandes avanços desde o início da política territorial, assim a visão de futuro do território, perpassa pela melhoria continua nos serviços prestados à população, por meio de políticas públicas que atenda as necessidades básicas, como acesso a saúde, educação, cultura e lazer de qualidade. Busca-se também a igualdade entre homens e mulheres e o respeito às crianças, adolescentes e idosos, além disso, o reconhecimento das comunidades tradicionais, com condições adequadas para as mesmas manter as suas tradições.

Na área de saúde, por exemplo, houve melhora significativa nos serviços prestados, porém alguns problemas ainda existem, como o número de vagas disponibilizadas pela rede pública que são insuficientes para atender à toda a demanda, assim, durante a realização da Oficina Territorial de Saúde, a visão de futuro, perpassa pela: Criação de Cursos de Graduação em Saúde; Hospitais de Média e Alta Complexidade; Ambulatório de especialidades; Aumento do orçamento da Saúde para Atenção básica, média e alta complexidade e para Vigilância em Saúde; Programa de Educação preventiva nas Escolas e Comunidades; Políticas de habitação; Tratamento específico para o Lixo Hospitalar; Lazer, esporte e Cultura; Prevenção do meio ambiente, através do Programa da Vigilância Ambiental; Criar o CEREST (Centro de Referência Especializada da Saúde do Trabalhador) nas zonais Territoriais do Território de Identidade da Chapada Diamantina; Fortalecimento do Programa da Saúde do Idoso, por meio dos Centros de Convivência, Casa de Repouso, Assistência Geriátrica Municipal; Integração da Saúde nos Programa de atenção aos jovens através do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), e outros programas; Erradicação do Trabalho Infantil; Programa voltada a Saúde da Criança, com pediatra e nutricionista; Programas de atenção a mulher, em especial às vitimas de violência; Acesso aos serviços da Saúde do Homem.

Na reforma agrária a visão de futuro se dá no sentido de alterar o art. 186 da Constituição Federal, acrescentando o limite máximo de 35 módulos fiscais a posse de terra e rever o modulo fiscal; rever o índice de produtividade das propriedades a serem desapropriadas e direcionadas a reforma agrária; Verificar a lei de desapropriação da terra no que diz respeito ao prazo para fazer qualquer alteração

na propriedade e documentação cartorial, que atualmente é de 6 meses e que seja alterado para 1 ano.

Já na área de educação essa visão perpassa pela ampliação da jornada escolar para tempo integral de modo que possa melhorar as práticas educacionais, garantindo a aprendizagem dos alunos, bem como a participação ativa da comunidade, com a melhoria dos recursos financeiros, humanos e materiais para essas escolas e criação da lei de responsabilidade educacional, visando a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, para tal, fazendo valer a participação de todos os segmentos envolvidos (grêmio estudantil, APM, Conselho Escolar, Colegiado Escolar e Movimentos Sociais Organizados).

A visão de futuro da área de cultura no território objetiva a construção de políticas públicas afirmativas em todas as esferas com o propósito de resgatar e promover as manifestações folclóricas tradicionais, tais como: reisado, pífano, capoeira, quebra-coco, batuques, maculelê, marujada, entre outras, e a criação de critérios para exigir das emissoras de rádio e teve públicas, comunitárias e privadas, como concessões públicas, uma maior divulgação e abordagem qualificada das manifestações culturais, que expressem a diversidade cultural do território brasileiro.

Assim, como aconteceu na área da saúde, educação e cultura, a visão de futuro para as comunidades tradicionais, foi definida de forma participativa: políticas de Editais para acessibilidade das Comunidades Tradicionais organizadas; capacitação para elaboração de Projetos; Qualificação profissional em Geral; Acesso ao Crédito; Acesso as políticas de inclusão Digital; Criação de juizado especial para questões das Comunidades Tradicionais; Programa de criação de Geração de Renda nas comunidades, evitando assim o êxodo rural; Ampliação das cozinhas comunitárias nos municípios do Território; Ampliação dos programas de compras governamentais e prioridade para as Comunidades Tradicionais.

Existe também a inclusão social e econômica das mulheres, que participam ativamente do território, assim é necessário que exista as políticas públicas voltadas para as mulheres a nível municipal, regional, estadual e federal, sejam implementadas e melhoradas urgentemente. Oportunidade de trabalho (curso profissionalizante); qualidade de vida familiar e melhoria na saúde pública especializada para as mulheres.

Além disso, uma educação continuada de qualidade; ampliação do número de creches; transporte escolar de qualidade; qualidade dos profissionais de educação, aumento do índice de cobertura dos PSFs, e do número de consultas/exames, capacitação/humanização dos profissionais de saúde/segurança, implementação e divulgação do planejamento familiar e métodos contraceptivos, combate as DSTs/Pré-natal, implantação DEAM/NAM, implantação de Casa Abrigo, aplicação da Lei Maria da Penha, qualificação e fortalecimento de grupos produtivos, plano territorial de Políticas para as mulheres, capacitações, qualificação profissional.

E por fim na questão do meio ambiente a visão de futuro é a criação de Sistema de Gestão Ambiental, União, Estados e Municípios e Reabertura e estruturação dos Escritórios regionais dos órgãos ambientais, Estadual e Federal.

5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PLANO

O PTDS é um importante instrumento no desenvolvimento de políticas públicas, na medida em que mostra as desigualdades sociais presentes no território, além de delinear caminhos para o crescimento econômico, levando em consideração a preservação do meio ambiente.

Desta forma, considerando as condições econômicas e climatológicas do território Chapada Diamantina, entende-se que a agricultura por si só encontra dificuldades de sustentar e de apoiar o desenvolvimento territorial e por isso é estratégico se pensar em atividades complementares da renda da agricultura familiar e da renda da agricultura do Território como um todo. Além disso, é importante pensar no desenvolvimento do território de forma sistêmica, buscando desenvolver todos os segmentos da sociedade, em especial aqueles que apresentam potencial, como é o caso do turismo, do ecoturismo e do turismo rural.

Por ser uma região turística, abre-se um mercado adequado aos produtos artesanais típicos das comunidades locais, fortalecendo a expressão e afirmação da identidade cultural do Território. É comum as pessoas que vêm conhecer as riquezas culturais e naturais da Chapada levarem utensílios pessoais ou domésticos e peças de arte que expressem a cultura do território, com suas tradições, folclore e comportamentos.

Na área de serviços ganha relevância o turismo rural a partir da criação de infraestrutura formada por pousadas, restaurantes para acolher os turistas que vêm conhecer as riquezas naturais do lugar. Somada a esta atividade, ganha importância o desenvolvimento dos serviços de transporte de passageiros, tanto para a integração dos pontos turísticos e inserção de novos advindos do turismo rural, quanto para atendimento às populações rurais de mais opções de transporte coletivo.

As atividades rurais não agrícolas necessitam ser apoiadas pois representam um campo de oportunidades econômicas para as famílias rurais e jovens ao suprirem as novas necessidades sociais advindas do processo de desenvolvimento, tais como lazer, educação, transporte e serviços diversos.

O território enxerga no PAA e no PNAE um incentivo inicial para a estruturação de uma agricultura familiar moderna e que seja capaz de atender as

demandas da população local/territorial. Essa ação contribuirá para a sustentabilidade do investimento na melhoria técnica das propriedades familiares, garantindo às famílias uma renda pela compra da produção de alimentos pelo poder público. A entrada dos recursos de programas como esses, contribuirá para a dinamização das economias locais, fortalecendo o mercado interno a partir da agricultura familiar num efeito multiplicador que beneficiará a população dessa região.

Para o sucesso da política de crédito voltada para a agricultura familiar, com enfoque no desenvolvimento territorial é imprescindível a articulação com as ações de assistência técnica, no sentido de fortalecê-las com a ampliação do quadro de técnicos e recursos para as atividades extensionistas.

O Território demanda recursos para o fortalecimento das estruturas locais de ATER e ATES para acompanhamento aos projetos aprovados, costurando uma nova realidade técnica para a agricultura familiar territorial. É preciso que o território, junto com esse processo de elaboração do PTDS possa pensar na estruturação de uma política de Assistência Técnica para a região, onde a sustentabilidade, a agroecologia, o respeito às relações sociais de gênero, de etnias e de geração estejam consideradas.

6. DESAFIOS E GARGALOS

Entre os diversos desafios enfrentados no Território, alguns se destacam, como por exemplo o envolvimento de outros segmentos da sociedade, já que no início a política de desenvolvimento territorial era voltada para o rural e o mesmo começou a se estruturar a partir de atores e atrizes que tinham algum envolvimento com essa área. Porém atualmente essa política abrange todos os segmentos, e trazê-los para dentro do Colegiado para discutir as políticas públicas, tem-se configurado um grande desafio daqueles que articulam o desenvolvimento territorial nesse território.

Outro grande desafio é a falta de compreensão de alguns gestores públicos, para a importância dessa política. Diante disso, é necessário que ocorra a territorialização de todas as ações do governo. Assim instituições que atualmente tem sua base regionais com uma divisão que não é mesma dos territórios de identidade, deveria passar a atuar com base na divisão territorial, como é caso da EBDA, DIRES, DIREC, ADAB, BNB e outros.

Além disso, é preciso que haja uma interiorização das discussões, é necessário chegar à base, inclusive com a produção de material impresso, como cartilhas e folder para ser distribuído nas escolas, em especial aquelas de 2^a grau.

É importante também que as pessoas comecem a entender a necessidade de se planejar, para isso é preciso cursos de capacitação, em primeira instância para aqueles atores e atrizes mais ligados a questão territorial.

7. EIXOS AGLUTINADORES

Face aos múltiplos aspectos até aqui abordado com base nas oficinas e conferências territoriais realizadas, foi feita uma síntese dos temas e problemas levantados nesses eventos e que são relevantes para o território. Esses temas e problemas foram agrupados em oito eixos aglutinadores: 1. Agricultura familiar e Reforma Agrária; 2. Saúde; 3. Educação; 4. Cultura 5. Comunidades Tradicionais; 6. Gênero 7. Meio Ambiente; 8. Turismo e 9. Infraestrutura sendo esse último subdividido em: transporte, moradia, abastecimento de água e saneamento, energia, comunicação e segurança pública. Os debates, as proposições e as definições se deram em torno desses eixos, apresentados a seguir.

7.1 Agricultura Familiar e Reforma Agrária

A oficina com o tema agricultura familiar e reforma agrária, foi realizada nos dias 07 e 08 de outubro do corrente ano, no município de Andaraí. A escolha dessa cidade se deu pelo fato da mesma apresentar o maior número de assentamento, dentre aquele municípios que compõem o território. Estavam presentes, membros do Território Chapada Diamantina, Coordenação Executiva, Assessores Técnicos Territoriais, Técnicos da EBDA, Assentados, Dirigentes dos Movimentos Sociais e Agricultores.

As discussões foram iniciadas e o primeiro tema tratado foi referindo-se à disponibilidade de insumos, máquinas e implementos para a agricultura familiar. Em relação a insumos o principal aspecto levantado foi à dificuldade de se conseguir sementes adaptadas às condições da agricultura familiar. Nesse sentido, as propostas foram de se aprofundar no debate sobre as sementes, em todo o território, e criar mecanismos de incentivo ao resgate das sementes crioulas e troca de materiais entre os/as agricultores/as. Outra proposição, é que se deve conhecer qual é a demanda quantitativa por sementes para a agricultura familiar no território. Além disso, destacou-se também a parceria entre o Colegiado Territorial, SEBRAE, BNDES, CAR, EMBRAPA e INPAC no Projeto de revitalização da Cadeia Produtiva da Mandioca.

Outro item bastante discutido ATER e foi sugerido que se faça um aprofundamento sobre a nova Política Nacional de ATER, que traz uma concepção nova e mais interessante sobre esse tema. Destacaram-se também os avanços ocorridos tanto na ATER como na ATES, com programas implantados pela EBDA ou por outras entidades.

Com relação à comercialização da produção, a falta de estruturas de armazenamento, beneficiamento e processamento, é um dos grandes gargalos desse tema. As propostas foram no sentido de se buscar melhores espaços e oportunidades que favoreçam a inclusão de produtos oriundos da produção de agricultores e agricultoras familiares nos diversos mercados de seus respectivos municípios. Além disso, é necessário que se realize com maior frequência Feiras Territoriais da Agricultura Familiar, com o objetivo de divulgar os produtos oriundos desse importante setor da sociedade.

1ª Feira Territorial da Agricultura Familiar – Chapada Diamantina



No tema da reforma agrária, as proposições se deram na seguinte linha: levantar e fazer reconhecimento das terras públicas e devolutas para o fim de reforma agrária; Fornecer mensalmente para acampados cesta básica com mais produtos incorporados e melhorar a qualidade nutricional pois aquelas famílias que não tem condições de se manter acabam abandonando o acampamento. Foi

definido também que se coloque no orçamento do convênio o transporte das cesta até os acampamentos e não só até os armazéns da CONAB.

Além disso é preciso retomar o projeto de segurança alimentar e nutricional para famílias acampadas da reforma agrária; aumentar a rubrica orçamentária e garantir o acesso de acampados e assentados de Reforma Agrária ao PRONERA.

É necessário também garantir as turmas de alfabetização dentro dos acampamentos de Reforma Agrária; disponibilizar recursos aos municípios que tenham famílias acampadas para que os mesmos possam oferecer aos acampados serviços sociais. Buscar mecanismos legais para atender ao público acampado sejam fornecedores nos programas de governo como o PAA, PNAE e outros. Criação de um juizado especial para tratar das questões agrárias (Assentamentos e acampamentos) e reestruturação física e humana para o INCRA.

Oficina Territorial Agricultura e Reforma Agrária



Ainda se tratando de reforma agrária, nos temas relacionados à ATES, área social, produtiva e ambiental, os problemas e proposições apresentados foram os seguintes:

ATES		Social		Produtiva		Ambiental
Problemas	Proposições	Problemas	Proposições	Problemas	Proposições	Problemas
<ul style="list-style-type: none"> - Volatilidade da Ates - Falta de articulação entre órgãos competentes - Burocratização do INCRA - Falta de técnicos do INCRA - Falta de valorização salarial dos técnicos de ATES - Falta de plano de carreira para os técnicos de ATES - Falta de concurso publico para ATES 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma unidade avançada do INCRA na Chapada Diamantina - Fortalecimento do convenio de ATES 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de água para o consumo humano - Saneamento básico - Atendimento de saúde - Educação (escolas e professore) - Problemas com associativismo - Endividamento - Falta de infraestrutura básica (água, energia, telefone); 	<ul style="list-style-type: none"> - Rever o Código 13 do INCRA (assegurar o assentado que se qualificou e se tornou um funcionário público a permanência no assentamento) - Implantar áreas de lazer e entretenimento nos Assentamentos. Construção de campos e quadras poliesportivas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Água nos lotes – cisternas de produção - Burocracia no acesso ao crédito de instalação - Morosidade administrativa para liberação de créditos - Choque na implantação de créditos e o período de plantio - Excesso de reuniões de agentes externos nos assentamentos - Falta de infraestrutura nos PAs (estradas, água, trator) - Estradas internas - Tratores e implementos agrícolas e tração animal - Falta de incentivo as agroindústrias - Falta de incentivo a produção e comercialização do artesanato e produtos da agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> - Disseminação de casas de farinha e fecúlaria - implantação de unidades demonstrativas. - Incentivo as atividades de turismo rural - Programa de recuperação da infraestrutura existentes nas sedes dos PAs - Incentivo a irrigação nas áreas coletiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Morosidade no licenciamento ambiental - Queimadas – degradação do solo - Falta de projetos de inovação tecnológica em agroecológica - Falta de incentivo da educação ambiental nas escolas e para os assentados e acampados - Falta de projetos de recuperação de matas ciliares Falta de incentivo ao controle de caça

Neste eixo foi incluído, também, um tema recorrente e muito debatido em todos os municípios do território, que é ao elevado índice de jovens que deixam a zona rural para os centros urbanos e, principalmente, para outros Estados. As propostas para esse item foram: viabilizar ações de qualificação profissional voltada para as atividades agrícolas e não agrícolas, de acordo com as demandas e valorizando os produtos locais; interferir nos currículos escolares, garantindo a incorporação dos temas da agricultura familiar (“educação do campo”). Sugerir a ampliação do Programa Nossa Primeira Terra, que é uma linha de financiamento especial, criada pelo governo federal dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF), com o objetivo de possibilitar aos jovens a oportunidade de permanecer no campo e contribuir para o desenvolvimento rural ao invés de migrarem para as grandes cidades. O financiamento visa atender a jovens sem terra, filhos de agricultores e estudantes de escolas agrotécnicas, na faixa etária de 18 a 24 anos que desejem adquirir uma propriedade rural.

Além disso, é preciso trazer entretenimento, com programas como o Esporte no Campo, Segundo Tempo, Jovem na Trilha e Baú da Cultura.

RESUMO

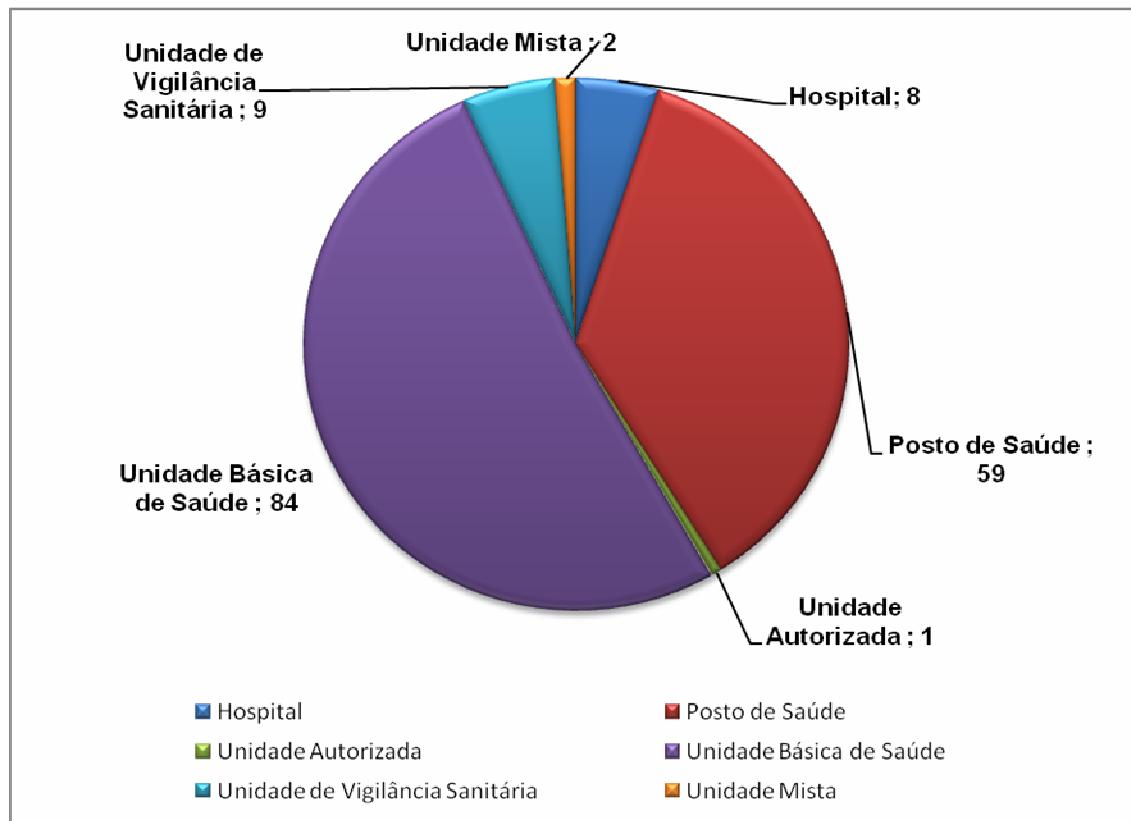
- Política Pública permanente voltada para a agricultura familiar;
- Desenvolvimento das cadeias produtivas do café, cana, mandioca, caprino-ovinocultura, bovinocultura, apicultura, piscicultura, olericultura, mamona, feijão e milho.
- Aprofundar no debate sobre as sementes, em todo o território, e criar mecanismos de incentivo ao resgate das sementes crioulas e troca de materiais entre os/as agricultores/as.
- Promover o aprofundamento sobre a nova Política Nacional de ATER, que traz uma concepção nova e mais interessante sobre ATER; atendimento preferencial para a agricultura familiar pela empresa oficial de assistência técnica; fortalecimento das equipes de ATER e ATES nos municípios.
- Avançar a reforma agrária no território;
- Documentação legal das propriedades dos agricultores familiares e posseiros;
- Fomentar a implantação de cooperativas, institutos, ONGs, organização produção, comercialização e crédito rural da Chapada Diamantina.

- Melhorar os espaços e oportunidades que favoreçam a inclusão de produtos oriundos da produção de agricultores e agricultoras familiares nos diversos mercados de seus respectivos municípios.
- Realização de feiras territoriais da Agricultura Familiar.
- Ampliação do Programa Nossa Primeira Terra.

7.2 Saúde

No eixo de saúde, as reflexões foram iniciadas a partir da análise do número de unidades de saúde que estão presentes no território. Segundo dados da SESAB em 2005, o território contava com oito hospital e 84 unidades básicas de saúde como pode ser visto no gráfico abaixo, que mostra o total de unidades de saúde em todo o território.

Gráfico 2 - Tipos de Unidade de Saúde



Fonte: SESAB, 2005

Este item descreve as reflexões e proposições elaboradas durante a Oficina Territorial de Saúde, realizada no Auditório da Pousada Seabra, na cidade de Seabra – BA, no dia 29 de Setembro de 2010.

As atividades desenvolvidas na Oficina tiveram como objetivo analisar o segmento da saúde e propiciaram espaços para a reflexão conjunta e integrada sobre esse tema no Território Chapada Diamantina.

Deu-se início as discussões na Oficina com uma análise da situação no contexto atual da saúde no território, tendo como base, a percepção dos presentes. As seguintes questões foram apontadas como sendo o contexto atual: Falta de Saneamento Básico; Ampliação e Construção da USF; Fragilidade na Atenção Básica; Índice de Avaliação para repasse de verbas não estão compatível a realidade do Território; Burocracia para atendimento das necessidades, principalmente nos Municípios; Reavaliar a composição mínima da Equipe de Saúde da Família, sendo: 1 médico, 2 enfermeiros, 2 técnicos em enfermagem, 1 dentista, 1 atendente para a farmácia, 1 técnico em saúde busca e Agentes Comunitários de Saúde. Implantação de O NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família) que é uma iniciativa do Governo Federal para ampliar o número de profissionais às equipes do PSF. Os núcleos reunirão profissionais das mais variadas áreas de saúde, como médicos (ginecologistas, pediatras e psiquiatras), professores de Educação Física, nutricionistas, acupunturistas, homeopatas, farmacêuticos, assistentes sociais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Incluir na equipe dos NASF, profissionais da área de medicina veterinária.

Tabela 7 - Profissionais de Saúde da Rede Pública Integrada ao SUS

Nº de Médicos - 2005	Nº de Enfermeiros - 2005	Nº de Odontólogos - 2005
283	169	72

Fonte: SESAB

Além disso, falou-se também na deficiência da Política de Saúde Mental e da necessidade de reformulação dos critérios de financiamento do Ministério da Saúde nos municípios menores de 20.000 habitantes (CAPS). Ofertar esse serviço também nos municípios com menos de 20.000 habitantes; Deficiência na média

complexidade; Deficiência no atendimento aos serviços de Oncologia e Nefrologia; Recursos deficitário no TFD.

Oficina Territorial de Saúde do Território Chapada Diamantina



RESUMO

- Melhorar a infraestrutura de assistência à saúde e aos serviços do sistema de saúde pública.
- Ampliar e estruturar e atendimento odontológico nas comunidades rurais.
- Valorizar e disseminar saberes, hábitos, técnicas e produtos naturais que contribuam para a promoção da saúde, aproveitando e apoiando as experiências existentes.
- Destinar mais recursos financeiros ao Fundo Municipal de Saúde e aos PSFs.
- Criação de Cursos de Graduação em Saúde;
- Hospitais de Média e Alta Complexidade;
- Ambulatório de especialidades;
- Aumento do orçamento da Saúde para Atenção básica, média e alta complexidade e para Vigilância em Saúde;

- Programa de Educação preventiva nas Escolas e Comunidades;
- Tratamento específico para o Lixo Hospitalar;
- Prevenção do meio ambiente, através do Programa da Vigilância Ambiental;
- Criar o CEREST nas zonais do Território Chapada Diamantina;
- Fortalecimento do Programa da Saúde do Idoso, por meio dos Centros de Convivência, Casa de Repouso e Assistência Geriátrica Municipal;
- Integração da Saúde nos Programas de atenção aos jovens através do CRAS e outros programas;
- Erradicação do Trabalho Infantil;
- Programas voltados à Saúde da Criança, com pediatra e nutricionista;
- Programas de atenção a mulher, em especial às vítimas de violência;
- Acesso aos serviços da Saúde do Homem;
- Fortalecer o Território da Chapada Diamantina, por meio dos serviços credenciados ao SUS, dentro do próprio território (imagem e diagnóstico).

7.4 - Educação

Foi realizada no Território Chapada Diamantina, a I Conferência Territorial de Educação. Entre as propostas apresentadas para esse tema, segue abaixo a síntese das mesmas.

Em relação ao papel do estado na garantia à educação de qualidade as proposições foram:

- Aumentar os recursos do PNATE, destinados ao transporte escolar do aluno de educação básica, municipalizando os recursos que são específicos do Ensino Médio.
- Aumentar o valor do custo-aluno implementando ações direcionadas à superação das desigualdades socioeconômicas e culturais entre as regiões.
- Aumentar o recurso do PNAE valor custo-aluno, de modo que garanta a alimentação de qualidade.

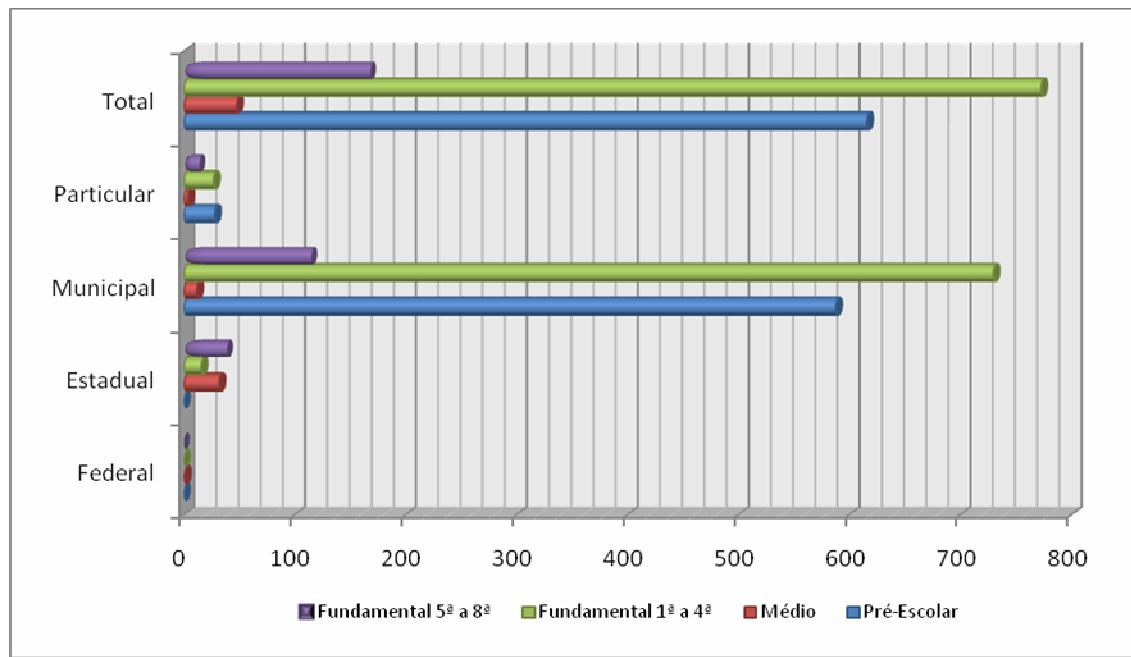
Já no eixo qualidade da educação, gestão democrática e avaliação as ações será no sentido de:

- Implementar a lei para seleção e eleição direta de gestão escolar, em todas as esferas administrativas, sendo esta submetida a alguns critérios específicos, como:

análise de título e políticas de formação continuada para gestores escolares, a fim de consolidar uma gestão democrática.

- Criar programas de apoio à comunidade escolar – com a presença de multiprofissionais como: Assistente Social, Pedagogos, Fonoaudiólogos, psicopedagogos e psicólogos, para garantir a participação efetiva das famílias e da comunidade nas instituições educativas no processo de inclusão dos alunos.
- Estabelecer critérios de acompanhamento por pais e/ou responsáveis na escola visando a qualidade do ensino e aprendizagem: participação dos pais nas APMs, Colegiados, Conselhos Escolares e Reunião de Pais e Mestres, envolvendo, principalmente, os responsáveis pelos alunos beneficiados pelo Bolsa-Família e outros programas sociais, através da criação de um instrumento padrão que avalie a eficácia dessas participações.

Gráfico 3 - Número de Estabelecimentos por Tipo de Ensino 2006



Fonte: Anuário Estatístico da Educação - SEC; SEI

Como base no gráfico acima é possível verificar que em todo o território existe apenas uma escolar de nível médio federal, que é a EFA implantada em Seabra. Assim é necessário que mais escolas técnicas sejam instaladas nesse

território, bem como a ampliar a quantidade de Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE/NTM e qualificar profissionais em educação à distância para o atendimento das demandas de cada município para atuar como gestor em EAD vinculado às Secretarias da Educação.

Além disso é preciso ampliar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* para os estados e municípios, voltados para a formação de especialistas – gestores e administradores da educação, orientadores educacionais, supervisor/coordenador pedagógico e professores, dentre outros com espaço mais adequado a essa formação.

- Estabelecer a partir de 2011 a aplicação de 10% do PIB Nacional em investimentos na Educação Pública e revisar a Lei de responsabilidade fiscal, para que ela deixe de se constituir num impedimento para investimento em educação, principalmente no que diz respeito a valorização dos profissionais de educação.
- Garantir e ampliar a oferta de educação profissional, voltadas para inserção das ações da educação especial, ampliando oportunidades de escolarização e participação no mercado de trabalho e consolidar políticas de educação para jovens e adultos, garantindo a formação integral e profissional (PROEJA).

Já em tratando de inclusão, diversidade e igualdade Social as proposições são:

- Garantir a implantação da acessibilidade nas escolas implantando salas de recursos multi funcionais e transporte escolar para alunos com necessidades especiais que apresentam limitações físicas e mobilidades reduzidas.
- Garantir a formação inicial e continuada de profissionais na política de educação especial: libras, braille, TDAH, DM, PC, SD e os transtornos emocionais globalizados.
- Garantir a educação ambiental, cultural, étnico racial e de gênero, organizando políticas efetivas para que estas representações tenham participação nos fóruns deliberativos, considerando a alteridade positiva.
- Criar políticas de incentivo à família, à sociedade e aos jovens com necessidades especiais, tornando-os aceitos no meio educacional, social, familiar e no mundo do trabalho.

- Garantir a integração de políticas públicas que envolvam o sistema educacional com o sistema de saúde; com o sistema de ação social; de justiça e de políticas econômicas, constituindo, assim, um sistema único de inclusão social (SUIS).

Escola Família Agrícola do Território Chapada Diamantina



7.4 Cultura

As manifestações culturais no Território Chapada Diamantina é bastante diversificada. A potencialidade artística cultural da região está nas mostras religiosas, nas festas tradicionais como as festas juninas, as vaquejadas, o artesanato, a culinária e folclore em geral.

O tema da Cultura foi tratado na Conferência Territorial de Cultura, realizada entre os dias 25 e 26 de outubro de 2009, na cidade de Lençóis. As propostas discutidas durante esses dois dias, seguem abaixo.

- Promover uma política de circulação dos grupos culturais pelos municípios do próprio território e por outros territórios de identidade do estado, através de editais específicos ou financiamento direto, garantindo a troca de saberes e a descoberta dos potenciais de cada cidade.

- Ampliação do investimento em editais públicos para fins de intercâmbios culturais nacionais e internacionais, envolvendo os grupos populares das diversas regiões brasileiras
- Criar, através do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB, uma política de apoio e capacitação de técnicos e comunicadores populares para atuação em rádios comunitárias.
- Apoiar a educação realizada nas escolas existentes em comunidades rurais, quilombolas, ciganas, indígenas e ribeirinhas, entre outras comunidades, através de ações culturais que validem o conhecimento local, como a literatura, os presépios, reisados e outras manifestações culturais, estimulando a pesquisa e registro.
- Reduzir a burocracia exigida no processo dos editais do Fundo de Cultura e Faz Cultura, garantindo, assim, a maior agilização e participação dos grupos de expressão da cultura popular.
- Implantação e implementação de centros culturais em cada município do território da Chapada Diamantina, visando atender as diversas demandas artísticas e culturais por meio da realização de oficinas de música, dança, teatro, artes visuais, artes circense, etc, oferecendo também cursos profissionalizantes com estrutura para funcionamento de teatro, museu, cinema, biblioteca permanente e itinerante.

Manifestações Culturais do Território Chapada Diamantina



É imprescindível ao território o fortalecimento de grupos culturais no desenvolvimento de ações de geração de trabalho, renda e sustentabilidade assegurando a divulgação e comercialização das produções nos diversos mercados.

Além de assegurar linhas de crédito e financiamento para produção cultural a partir de organismos financeiros de desenvolvimento, garantindo a manutenção, divulgação e comercialização dos produtos culturais locais.

Garantir bolsas para produtores culturais comprometidos com o fomento da cultura territorial através de editais anuais com o objetivo de incentivar e divulgar as produções e os indicadores culturais. Apoiar através de recursos financeiros e técnicos a implantação e realização de feiras culturais no território, objetivando a divulgação e comercialização da produção artística e cultural devendo acontecer anualmente, sediada de forma rotativa por cada município.

Fortalecer os territórios garantindo uma melhor estruturação a partir da criação de uma sede e equipe, não restringindo apenas ao representante territorial a articulação para a execução das demandas de cada município, objetivando assim, a formação de produtores culturais, captação de recursos, assessoria na elaboração de projetos e mobilização no território.

7.5 Comunidades Tradicionais

A Oficina Territorial sobre Comunidades Tradicionais, ocorreu no dia 14 de outubro do corrente ano, no Auditório da Pousada Seabra, no município de Seabra e contou com representantes dos municípios de: Morro do Chapéu, Seabra, Boninal, Souto Soares e Marcionílio Souza.

Na análise do contexto atual do território Chapada Diamantina nas comunidades tradicionais, os seguintes pontos foram destacados:

- As comunidades tradicionais deveriam cumprir o que tange a lei de nº 10.639/03, como reconhecimento de sua identidade, na rede escolar dos municípios do território.
- PSFs – sem ações diferenciadas nas comunidades quilombolas, com trabalho de saúde preventiva, como palestras, acompanhamento com visitas agendadas ás famílias, efetiva articulação com a rede de saúde dos municípios;

Oficina Territorial sobre Comunidades Tradicionais



- Estudo e reconhecimento das comunidades tradicionais quilombola para a certificação junto a Fundação Palmares.
- Não existência de trabalhos que façam as comunidades se reconhecerem como tradicionais e a conscientização de sua identidade;
- Falta da regulação fundiária e melhoria de infraestrutura.

Diagnóstico Participativo			
Fragilidades	Fortalezas	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - União das comunidades em torno da busca da aplicação da lei que atenda as políticas das comunidades tradicionais; - Falta de articulação entre os municípios; - Cooperativismo; - Pessoa para elaboração de projetos 	<ul style="list-style-type: none"> - Manifestações culturais; - Agricultura familiar sustentável; - Culinária; - Artesanato. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento de algumas comunidades; - Fortalecimento da meliponicultura. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda da identidade; - Falta de participação nas decisões territoriais; - Conscientização e parcerias entre os gestores municipais.

7.6 Gênero

A questão de gênero no território obteve grandes avanços depois do Projeto Mulheres e Autonomia, desenvolvido pelo CF8 em parceria com o MDA por meio da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia – AEGRE. Entre as ações implementadas pelo Projeto, destaca-se a formação do Comitê Territorial de

Mulheres, que além de discutir políticas públicas voltadas para as mulheres, também conseguiu inseri-las de forma mais efetiva na dinâmica do território.

Reuniões do Comitê Territorial de Mulheres



Com o objetivo de fazer um levantamento da situação atual das políticas públicas para as mulheres, foi realizada a Oficina de Desenvolvimento Territorial e Gênero, foi realizada no dia 19 de outubro de 2010, na cidade de Souto Soares, as discussões se deram em torno das situação atual das políticas para as mulheres e posteriormente analisou-se as fraquezas, fortalezas, oportunidades e ameaças.

Na situação atual os pontos levantados foram:

- Saúde específica para as mulheres ainda é precária;
- Falta de escolas de 2º grau nas comunidades rurais;
- Em muitos municípios o acesso ainda é pequeno ao pré-natal, mamografia, preventivo e PLANEJAMENTO FAMILIAR;
- Falta de profissionais especializados na saúde da mulher;
- Aumento no número de vagas nos serviços públicos ligados á mulher;
- Falta de humanização dos profissionais de saúde no atendimento às mulheres;

- Falta de atendimento especializado nos casos de violência contra a mulher;
- Violência psicológica;
- Falta de profissionais do sexo feminino;
- Escolas com classes multisseriadas – impedindo o desenvolvimento das crianças
- Falta de creches nos municípios, impedindo em alguns casos que as mulheres trabalhem fora;
- Falta de espaços físicos nas escolas;
- Falta de segmento nos cursos de capacitação para as mulheres;
- Falta da cultura do associativismo e cooperativismo.

Oficina de Desenvolvimento Territorial e Gênero



Com relação ao plano estratégico para as mulheres do território, destaca-se as ações que segue no quadro abaixo:

Diagnóstico Participativo			
Fortalezas	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
<p>Determinação das mulheres, informação, formação continuada; prevenção à saúde, humanização do SUS; Lei Maria da Penha, CRM, CRAS; Capacitações, PAA, PNAE, PRONAF Mulher, PSFs, SUS, Hospital Regional, transporte escolar, faculdades, acesso a informática, Grupos Produtivos, Curso e apoio do SEBRAE, CONAB e SENAC, Associações, Autonomia com as próprias ações; união – incentivo, mobilização social; formação familiar – base e estrutura dos laços afetivos; atividades agrícola, artesanato.</p>	<p>Falta de acesso à educação, falta de conscientização, Falta de aplicação da Lei Maria da Penha, localização e desconhecimento das atividades CRAS; acesso ao crédito, acesso a DAP.</p> <p>Falta de conhecimento dos profissionais de saúde, materiais para exames como a ultrassonografia e mamografia; escolas multisseriadas; falta de conhecimento e incentivo, cargos para as mulheres na área de segurança, falta de valorização no trabalho e comercialização, falta de investimento na cultura.</p> <p>Individualismo, Falta de comunicação, escassez de capacitação de associativismo e cooperativismo, falta de infraestrutura de lazer, cultura, saúde e produção, Sensibilidade – psicológico, força física; submissão – à cultura machista; união – descontinuidade de trabalhos promovidos em grupos; preconceito contra outra mulher.</p> <p>Poucas vagas de consultas e exames; falta de profissionais qualificados;</p>	<p>EAD, Rádios, jornais, PSFs, Comitê Territorial de Mulheres, Maior incentivos às denúncias de violência, local para acolhida das mulheres que são vítimas de violência; aumento de acesso ao crédito e à DAP.</p> <p>ursos de capacitação, bolsa família e bolsa escola, associações comunitárias e de mulheres, aumento de vagas nos serviços públicos e municipais.</p> <p>Comercialização dos produtos produzidos pelas agricultoras familiares, a nível municipal, territorial e estadual; participação em eventos, cursos, encontros e etc; criação de grupo de mulheres.</p> <p>Aprimoramento dos trabalhos com artesanatos, através de capacitações, participação das mulheres nas políticas públicas, acesso a informação, acesso a cultura e lazer.</p>	<p>Poder aquisitivo, falta de compromisso, falta de cobertura da saúde nas comunidades, não compromisso dos profissionais de saúde, falta de escuta qualificada nos casos de violência contra a mulher, acesso e rotatividade dos técnicos na área de segurança, depressão e baixa estima das mulheres vítimas de violência; burocracia no acesso ao crédito e à DAP.</p> <p>Verbas insuficientes para a saúde, falta de profissionais e transporte em geral, preconceito, falta de divulgação das políticas públicas.</p> <p>Assistência técnica insuficiente para as demandas da agricultura familiar; interferência política partidária nas políticas públicas voltadas para as agricultoras familiares.</p> <p>Preconceito masculino, medo, falta de informação, pessimismo, falta de atendimento qualificado para o acompanhamento dos casos de violência contra mulheres.</p>

7.7 Meio Ambiente

Este documento descreve as reflexões e proposições elaboradas durante a Oficina de Planejamento do Desenvolvimento Territorial Meio Ambiente, do Território Chapada Diamantina, realizada no Auditório Público na cidade de Iraquara – BA, no dia 20 de Outubro de 2010.

As atividades desenvolvidas na Oficina tiveram como objetivo uma análise mais profunda do Meio Ambiente, no Território, visto que se trata de uma questão muito importante para a sustentabilidade Econômica e Social.

A dinâmica desenvolvida teve como objetivo a análise da situação do Meio Ambiente e a definição dos objetivos estratégicos que servirá como instrumento norteador para o Território, visando o seu fortalecimento. Os trabalhos da Oficina propiciaram espaços para a reflexão conjunta e integrada sobre a Saúde no Território Chapada Diamantina.

Na análise do contexto atual desse tema, surgiram as seguintes propostas:

- Implantação de sistema de abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Destinação final de resíduos sólidos em todos os municípios do Território Chapada Diamantina.
- Recomposição de matas ciliares.
- Bolsa para pequenos proprietários de áreas de proteção ambiental.
- Usina de reciclagem em consórcio.
- Capacitação de todos os gestores públicos.
- Reestruturação e implantação de viveiros de mudas nativas.
- Implantar um programa de educação ambiental nos municípios envolvendo escolas, comunidades, agentes de saúde e comunitários, etc.
- Ampliar a parceria entre Ministério Público e o Território Chapada Diamantina.

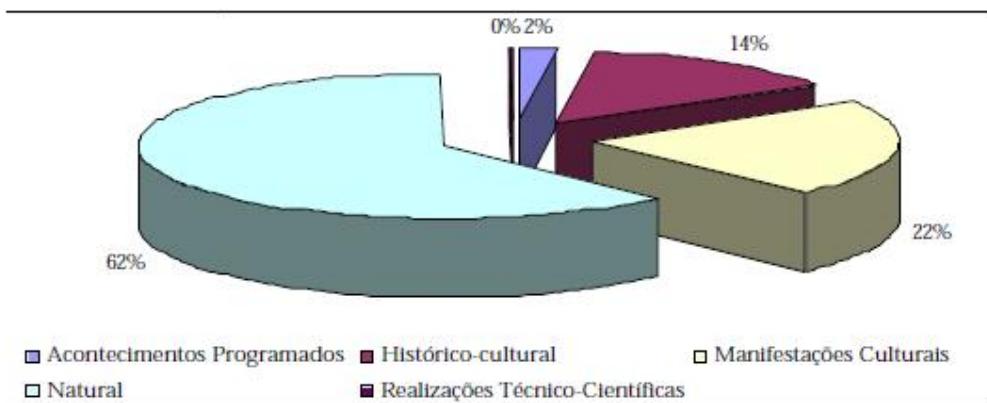
7.8 Turismo

O Pólo Turístico do Território, conta com diversos atrativos, o principal deles é o Parque Nacional da Chapada Diamantina e seu entorno rural. A acessibilidade aos atrativos, em geral, foi avaliada entre fraca e razoável, destacando-se que os acessos considerados excelentes sempre ocorrem quando o item identificado está

localizado na área urbana principal como, por exemplo, o Centro Histórico de Lençóis (PRODETUR).

Existe no território à ausência de conhecimento sobre as oportunidades provenientes da atividade turística – por exemplo, as comunidades em geral apoiam o turismo, mas poucos transformam a vontade em empreendimento. Sendo que à maioria dos atrativos da Chapada Diamantina estar relacionada ao ambiente natural, como indicado no gráfico abaixo.

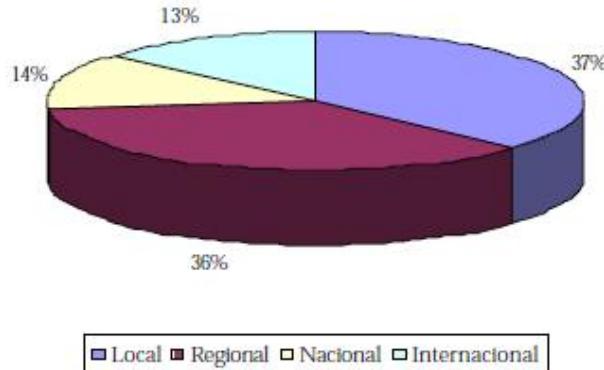
Gráfico 4 - Categoria dos atrativos na Chapada Diamantina



Fonte: PRODETUR

Entre todos os atrativos identificados cerca de 62% estão categorizados como “Natural”, ou seja, cachoeiras, montanhas, planaltos etc. Ao mesmo tempo e complementando sua atratividade no ambiente natural, existe na Chapada Diamantina diversos elementos históricos e culturais, apontados em 36% dos atrativos levantados.

Tal fato comprova o potencial da região para o desenvolvimento da atividade ecoturística abarcando uma demanda nacional e, em alguns casos, internacional, que só pode ocorrer em ambientes conservados e de beleza singular. Ao mesmo tempo, deve-se notar que apesar da variedade e da quantidade de atrativos existentes na Chapada Diamantina, parte significativa da demanda atual concentra-se a um número reduzido de pontos de atração. Dentre estes destaca-se, por exemplo, o Balneário da Pratinha.

Gráfico 5 - Demanda nos atrativos turísticos da Chapada Diamantina

Fonte: PRODETUR

Pelo demonstrado no gráfico acima pode-se avaliar que parte significativa da demanda para os atrativos situados na Chapada Diamantina ainda é local (37%) ou regional (36%).

Por fim, nota-se que a maioria dos atrativos levantados podem ser visualizados e/ou visitados em pelo menos dois períodos de férias, ou seja, janeiro/fevereiro e julho, ou até mesmo nos feriados prolongados, como Páscoa e *Corpus Christi*, habilitando a região para oferecer produtos de curta, média ou longa permanência (PRODETUR, 2003).

Com os atrativos e potencialidades acima citados, pode-se avaliar que o Pólo Turístico do Território Chapada Diamantina possui um alto nível de atratividade devido ao conjunto formado pelos seus atrativos naturais e suas características histórico-culturais.

É importante destacar que o ecoturismo e o turismo rural têm grandes potencialidades no território, porém como toda atividade econômica desenvolvida pelo homem, causa efeitos, que podem ser positivos ou negativos.

Assim, com a implantação das ações ligadas ao turismo, deve priorizar a redução dos impactos negativos e otimizar os positivos. Uma das muitas formas para se atingir tal intuito é espacializar a demanda, ou seja, oferecer atrativos diferentes a nichos de mercado diferenciados. Por exemplo, trilhas no Parque Nacional, visitas sítios arqueológicos ou cachoeiras e grutas etc. Diante disso, justifica-se a necessidade de entender o conjunto destes municípios como um Pólo,

ao invés de se investir em um desenvolvimento seqüencial dos municípios à medida que a demanda por turismo vá crescendo, pois o objetivo maior deste Plano de Desenvolvimento é o de desenvolver o turismo sustentável, adequando a atividade turística às necessidades das comunidades e às do meio ambiente, tendo também como foco a satisfação do visitante e o incremento à economia territorial.

7.9 Comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais)

As propostas da comunidade LGBT foram ao sentido de sensibilizar a população do território Chapada Diamantina, por meio de atividades como; parada e palestra com os temas: sexualidade, corporalidade, gênero, questão étnico-racial para que conheçam os efeitos da homofobia, lesbofobia e transfobia como elemento da vulnerabilidade que dificulta o acesso, a promoção e a inclusão social da população LGBT.

Além disso, foram levantadas outras proposições, que segue abaixo:

- Criar mecanismo de mobilidade das pessoas de baixa renda para o direito ao tratamento do HIV/AIDS na Chapada Diamantina.
- Distribuição ampla do preservativo feminino e masculino, bem como a orientação para o seu uso, durante o evento.
- Propor e adotar medidas legislativas, administrativas e organizacionais necessárias para garantir a estudantes o acesso e permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero.
- Apoiar a aprovação imediata do Projeto de Lei - PL 122/06 que criminaliza a homofobia, o PL 1151/96 que garante o direito de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, o PLC 72/2007 que autoriza a mudança de nome para as pessoas transexuais e apoio ao PL denominado Estatuto da Família.
- Apoiar e realizar estudos e pesquisas sobre a discriminação múltipla ocasionada pelo racismo, homofobia, sexism, preconceito de gênero, geração, orientação sexual e identidade de gênero, raça e etnia, pessoas com deficiência ou de diversas crenças religiosas.
- Assegurar que os defensores de direitos humanos, independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero e de quais temas de direitos

humanos defendem – desfrutem de acesso não-discriminatório às organizações e órgãos da Chapada Diamantina, tendo assegurada sua proteção no seu exercício profissional.

Ampliar, no Ministério da Cultura (MINC), os recursos destinados a editais de apoio das paradas de orgulho LGBT e demais eventos como caminhadas e semanas de visibilidade LGBT, sem recorte populacional.

7.10 Infraestrutura

7.10.1 Transporte

A principal rodovia da região é a BR-242 e o mais importante Corredor de Transporte de conexão à Região Oeste da Bahia e o Planalto central do País. O trecho nos limites regionais está pavimentado e proporciona através de conexões com outras rodovias (BA-142, BA-046, BA-480, BA-122, BA-152, BA-148, BA-849 e BA-850) uma relativa integração espacial, devido, principalmente, às condições de trafegabilidade dos trechos que se encontram com superfície de rolamento em revestimento primário.

Além disso, conta com uma Ferrovia denominada de Central Atlântica que liga Salvador a Belo Horizonte, passando pelo municípios de Marcionílio Souza e Itaetê.

Já em termos de aviação, o território conta com um aeroporto localizado no município de Lençóis, porém só dispõem de um vôo por semana. Conta também com pistas de pouso nos municípios de Ibitiara, Mucugê, Piatã, Rio de Contas e Souto Soares.

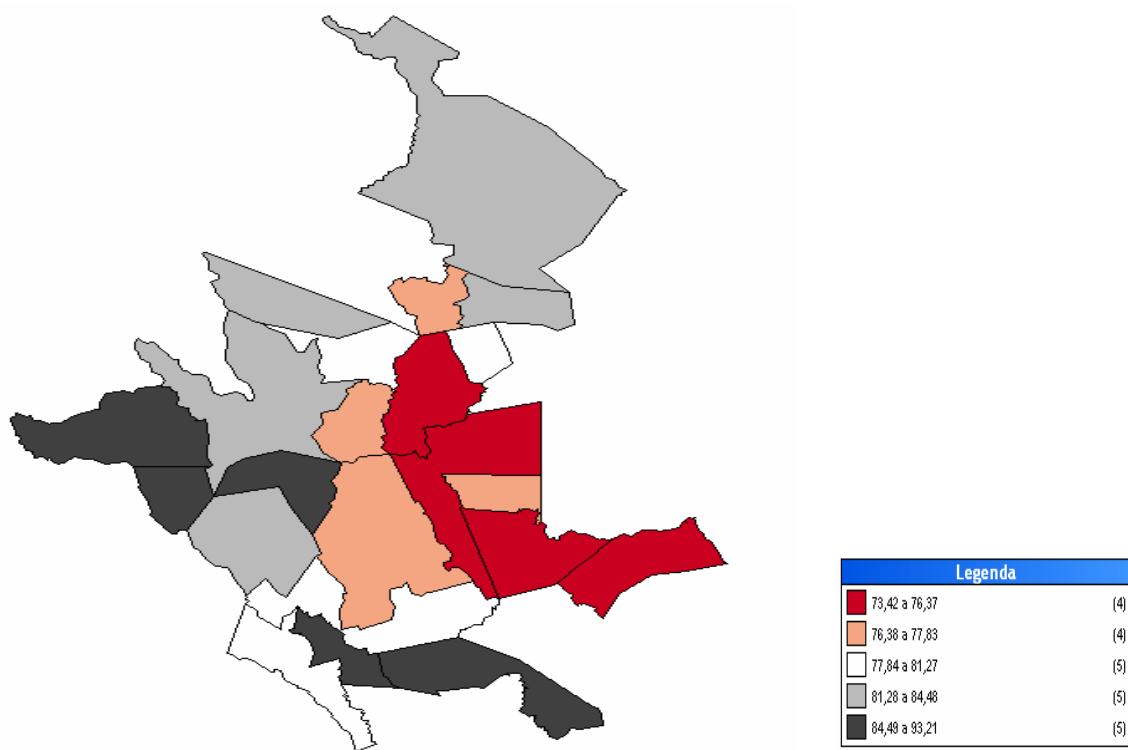
Entre as propostas apresentadas para esse tema, destaca-se a criação de terminal rodoviário em Lençóis que faça a ligação aéreo-rodoviário entre esse município e restante do território. Já para as estradas que ligam as comunidades rurais à sede dos municípios, sugerem-se além da manutenção periódica, a motivação de parcerias do poder público com empresas privadas para a sua melhoria e conservação.

As condições das estradas no território, obteve melhora significativa nos últimos anos, porém é necessário ainda muitos investimentos na infraestrutura das mesmas.

7.10.2 Moradia

Em geral, os municípios do território apresentam déficit habitacional ou inadequação de moradias. Assim faz-se necessário o investimento em programas como o Minha casa, Minha vida e os programas de habitação rural. Cabe ressaltar que nos últimos 10 anos os recursos destinados a essa área foram bastante significativos, porém não suficiente para atender a toda a demanda. O mapa abaixo que mostra o percentual de pessoas nos municípios do território que vivem em domicílios próprios, demonstram a condição de déficit habitacional acima citado.

Mapa 2 - Percentual de pessoas que vivem e domicílios próprios



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

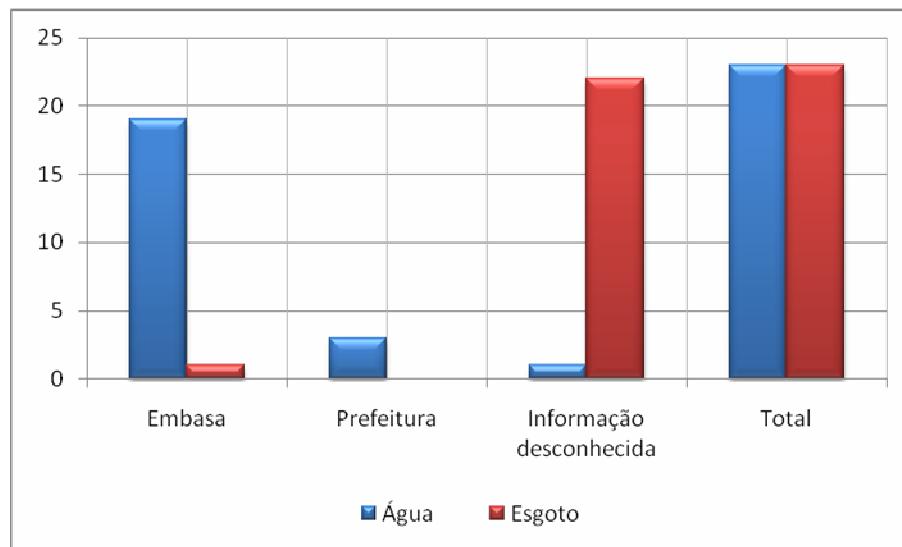
7.10.3 Abastecimento de água e saneamento

No setor do Saneamento, na maior parte das comunidades rurais do território, a situação é pouco satisfatória. As principais questões referem-se à captação, tratamento e distribuição de água para abastecimento doméstico e à coleta e destinação de esgotos e lixos gerados nas localidades.

A quantidade e a qualidade da água foi objeto de reclamação em muitos municípios, assim como a contaminação do meio ambiente com esgotos e lixos domésticos. A situação atual é determinada, por outro lado, pelo comportamento das pessoas residentes nas localidades, pois não existe consciência ambiental, na visão dos/as representantes municipais.

Segundo dados da SEDUR (2006), o número de sistemas de abastecimento de água são representados por 19 sendo fornecidos pela EMBASA, 3 pelas prefeituras e 1 a informação é desconhecido, como pode ser visto no gráfico abaixo, assim como as informações referentes ao saneamento básico.

Gráfico 6 - Abastecimento de Água e Saneamento Básico (2006)



Fonte: SEDUR

A proposta para enfrentar o problema da falta de esgotamento sanitário no território é a construção de fossas sépticas nas comunidades rurais e a implantação de saneamento básico nos municípios do território.

Foi adicionada também a proposta de se implantar um programa de educação ambiental nos municípios envolvendo escolas, comunidades, agentes sanitários e comunitários, etc., como uma ação em longo prazo, para a formação/construção de uma nova consciência ambiental e ecológica.

Tabela 7 – Oferta de água pela CERB e EMBASA

Município	Oferta de água da CERB - posição agosto de 2010			Embasa - Municípios Atendidos (2006)	
	Poços	Convencional	Simplificado	Água	Esgoto
Abaíra	26	5	18	Não	Não
Andaraí	88	5	17	Sim	Não
Barra da Estiva	43	1	37	Sim	Não
Boninal	58	7	48	Sim	Não
Bonito	30	5	9	Sim	Não
Ibicoara	19	0	12	Sim	Não
Ibitiara	95	7	40	Sim	Sim
Iraquara	85	12	47	Sim	Não
Itaeté	31	3	7	Sim	Não
Jussiape	22	2	10	Sim	Não
Lençóis	9	0	5	Sim	Não
Marcionílio Souza	36	0	10	Sim	Não
Morro do Chapéu	167	14	51	Sim	Não
Mucugê	33	0	33	Não	Não
Nova Redenção	19	1	10	Sim	Não
Novo Horizonte	55	12	15	Não	Não
Palmeiras	31	2	17	Sim	Não
Piatã	43	0	34	Não	Não
Rio de Contas	26	10	17	Sim	Não
Seabra	128	13	56	Sim	Não
Souto Soares	89	5	21	Sim	Não
Utinga	32	2	17	Sim	Não
Wagner	17	2	6	Sim	Não
Total	1.182	108	537	-	-

Fonte: SEI

7.10.4 Energia

Nas questões que envolvem o tema da energia elétrica, grandes avanços foram obtidos, especialmente aqueles ligados ao Programa Luz para Todos, já que foram 2404 comunidades e 21483 beneficiários nos 23 municípios do território, com investimentos de R\$ 122.570.074,91, como pode ser observado na tabela abaixo.

As proposições em relação ao tema da energia é que se deve estabelecer uma política diferenciada, em relação às taxas, para a agricultura familiar, além de se buscar tecnologias alternativas de geração de energia tais como energia solar, eólica, biodiesel, etc. Destacou-se também a Usina de Biodiesel em Iraquara, que poderá fazer parceria com os agricultores e agricultoras familiares, como fornecedores de matéria-prima para a fábrica.

Tabela 8 - Programa Luz para Todos no Território Chapada (2004 a 2010)

Município	Número de comunidades	Consumidores beneficiários	Total do investimento (R\$)
Abaíra	34	233	2.433.860,98
Andaraí	47	753	8.168.192,81
Barra da Estiva	215	1.522	9.706.084,98
Boninal	90	756	4.122.424,41
Bonito	130	474	1.880.458,53
Ibicoara	215	1214	7.014.210,87
Ibitiara	95	1423	12.616.157,18
Iraquara	249	1826	7.314.542,27
Itaeté	51	814	3.551.518,10
Jussiápe	30	180	1.270.272,58
Lençóis	17	378	3.638.972,60
Marcionílio Souza	17	526	3.076.948,32
Morro do Chapéu	214	1032	5.214.765,43
Mucugê	97	499	2.246.950,30
Nova Redenção	50	601	2.041.997,95
Novo Horizonte	138	1152	6.772.469,06
Palmeiras	87	433	1.908.712,58
Piatã	97	1955	12.021.074,81
Rio de Contas	59	550	3.692.832,13

Seabra	244	3068	13.040.758,21
Souto Soares	142	1144	5.381.655,17
Utinga	57	702	4.021.069,94
Wagner	29	248	1.434.145,70
TOTAL	2404	21483	122.570.074,91

Fonte: COELBA (Adaptada)

7.10.5 Comunicação

Atualmente a comunicação passou a ser essencial na vida de todos, seja por meio da internet, correios, telefonia fixa e móvel. Porém no território Chapada observa-se que esses serviços ainda apresentam alguns problemas. Na maioria dos municípios só existe uma operadora de celular e com sinal de péssima qualidade.

As propostas em relação à comunicação foram o aumento e melhoria na cobertura celular e de internet, inclusão digital das comunidades tradicionais, facilitar o acesso ao telefone residencial, melhoria da telefonia rural e que se busque formas alternativas de comunicação, como por exemplo, as Rádios Comunitárias. Implantação de Unidade de TV no território, como por exemplo a TVE. Divulgação do sítio do território: www.territoriochapada.org.br.

7.10.6 Segurança pública

Na área de segurança pública o território apresenta expressiva deficiência, representadas pelas questões estruturais e pelas condições de trabalho e pelo número de efetivo de policiais nos municípios.

As propostas foram no sentido de se fazer investimentos em novas delegacias com melhoria da infraestrutura em geral e contratação de um delegado para cada delegacia, reciclagem dos policiais, realização de concurso público, criação de polícia cidadã e conscientização nas escolas sobre o consumo de drogas. Implantação do Centro de Recuperação para jovens e adolescentes e do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência), implantação de Delegacia da Mulher, melhoria do processo investigatório com aumento do efetivo de investigador e escrivão.

8. PROGRAMAS E PROJETOS

EIXO: AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA

PROGRAMA	PROJETOS
Apoio a cadeia produtiva do café	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de Unidades de Agroindústria de Pequeno e Médio Porte para Processamento (despolpador, lavador, secador, terreiros, beneficiadoras e Torrefadores); 2. Formação de bancos de germoplasma e campos experimentais para melhoramento genético; 3. Unidade Comunitária de classificação e prova; 4. Capacitação dos cafeicultores no tocante a todo o processo produtivo 5. Difusão de novas tecnologias 6. Mecanização da cadeia produtiva.

PROGRAMA	PROJETOS
Apoio a cadeia produtiva da cana.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar agroindústrias para produção de cachaça, açúcar, rapadura e álcool. 2. Cursos de capacitação para os produtores. 3. Implantar Usina de álcool para a agricultura familiar. 4. Criação de escola agrotécnica voltada para produção e processamento de cana de açúcar com implantação de um engenho modelo. 5. Realização de pesquisas voltadas para a cadeia produtiva da cana 6. Assistência técnica para os produtores. 7. Mecanização da Cadeia produtiva

PROGRAMA	PROJETOS
Apoio a cadeia produtiva do leite	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de Unidades de resfriamento, beneficiamento e transporte de leite. <ul style="list-style-type: none"> - usinas de beneficiamento; - resfriadores; - caminhões refrigerados 2. Unidade de melhoramento genético (banco de sêmen, inseminação, introdução de novas raças melhoradas). 3. Assistência técnica

PROGRAMA	PROJETOS
Apoio a cadeia produtiva das oleaginosas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rediscussão do zoneamento da mamona 2. Implantação de bancos de sementes 3. Unidades de esmagamento 4. Capacitação para os produtores 5. Infraestrutura de transporte da produção 6. Apoio ao cooperativismo 7. Mecanização da cadeia produtiva 8. Assistência técnica

PROGRAMA	PROJETOS
Apoio a cadeia produtiva da mandioca	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar e adequar agroindústrias de processamento de mandioca e derivados 2. Assessoria, assistência técnica e extensão rural nas áreas de produção, organização, gestão e comercialização. 3. Bancos de germoplasma com variedades do próprio município 4. Implantar programa de multiplicação e distribuição das manivas pesquisas para o território. 5. Implantar unidades demonstrativas adaptadas à realidade do território 6. Mecanização da cadeia produtiva

PROGRAMA	PROJETOS
Apoio a cadeia produtiva da caprinovinocultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de Centros de referência (modelo Embrapa) 2. Distribuição de matrizes e reprodutores 3. Complexo agroindustrial (ex. abatedouro) 4. Incentivo a organização social (oficinas, visitas) 5. Infraestrutura das propriedades 6. Capacitação para os criadores 7. Construção e reforma de águadas para os animais

PROGRAMA	PROJETOS
Apoio a aquicultura e apicultura	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação de unidades demonstrativas 2. Elaboração do plano de desenvolvimento da apicultura 3. Implantação de unidades de beneficiamento do mel e derivados 4. Cursos de capacitação

5. Infraestrutura das propriedades

PROGRAMA	PROJETOS
	1. Cursos de capacitação
Apoio a fruticultura	2. Implantação de unidades de beneficiamento

PROGRAMA	PROJETOS
Reforma agrária e acesso à terra	<ul style="list-style-type: none"> 1. Implantação do projetos de ATES com maior tempo de duração, utilizando o modelo atual de assessoria. 2. Licenciamento Ambiental para os assentamentos 3. Ampliação das áreas de reforma agrária 4. Retomar o projeto de segurança alimentar e nutricional para famílias acampadas da reforma agrária 5. Tratores e implementos agrícolas para as áreas de assentamento. 6. Implantação de unidades demonstrativas em geral 7. Facilitar o acesso ao crédito fundiário

PROGRAMA	PROJETOS
Qualificação do acesso ao crédito	<ul style="list-style-type: none"> 1. Criar programas de créditos assistidos como é o caso do AGROAMIGO 2. Estudos para potencializar a utilização do crédito conforme realidade local 3. Criar linha específica de crédito para as comunidades tradicionais 4. Facilitar o acesso a outras linhas do PRONAF como o PRONAF Mulher e o PRONAF Jovem

PROGRAMA	PROJETOS
Segurança Hídrica	<ul style="list-style-type: none"> 1. Implantação de Sistemas de Irrigação para a Agricultura Familiar 2. Construção de cisternas de produção (P1+2)

PROGRAMA	PROJETOS
ATER	<ul style="list-style-type: none"> 1. Capacitação dos técnicos das organizações/entidades/instituições em elaboração de projetos para captação de recursos 2. Orientação para implantar o sistema produtivo de mandalas. 3. Reestruturação da EBDA, através de concurso público 4. Realização de Seminários sobre as principais cadeias produtivas do território

PROGRAMA	PROJETOS
Apoio à comercialização	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fomentar programas como o PAA, PNAE e comércio institucional 2. Fomentar a criação de pontos de comercialização da agricultura familiar e economia solidária 3. Fomentar a certificação dos produtos advindos da agricultura familiar (certificação orgânica e comércio justo) 4. Desenvolvimento de logomarca que identifique os produtos da agricultura familiar do território 5. Fomentar a criação de central de cooperativas 6. Feiras Territoriais da Agricultura Familiar

Eixo: SAÚDE

PROGRAMA	PROJETOS
Saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliação e construção de USF 2. Implantação de uma farmácia popular em cada município do território e aumento de recursos para a farmácia básica 3. Criação de um centro diagnóstico por município 4. Campanhas educativas de prevenção à verminose 5. Saúde mental - Criação de CAPS por microrregiões na Chapada Diamantina 6. Ampliação das equipes do PSF de acordo a realidade de cada município 7. Programa de Educação preventiva nas Escolas e Comunidade 8. Criação de Cursos de Graduação em Saúde 9. Ambulatório de especialidades 10. Hospitais de Média e Alta Complexidade

Eixo: EDUCAÇÃO

PROGRAMA	PROJETOS
EDUCAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção, ampliação e reformas das escolas do campo 2. Implantação de laboratórios de informática nas escolas 3. Criação da Universidade da Chapada Diamantina 4. Ampliar a quantidade de Núcleos de Tecnologia Educacional 5. Implantar e/ou fortalecer programas de educação ambiental 6. Criar cursos de agroecologia ofertados por universidades públicas no território 7. Implementar o CEREST para atender as especificidades dos profissionais de educação 8. Ampliação e construção de Escolas Família Agrícola nos municípios do território 9. Construção de cisternas de captação nas escolas 10. Construção e ampliação de Escolas técnicas

Eixo: CULTURA

PROGRAMA	PROJETOS
Apoio, incentivo e resgate	<ol style="list-style-type: none"> 1. Resgate das manifestações culturais existentes através de eventos territoriais, como as feiras culturais 2. Capacitação e assessorar tecnicamente os agentes culturais nas diversas etapas da elaboração, produção, execução e gestão de projetos 3. Construção e/ou recuperação centros culturais nos municípios 4. Aquisição de equipamentos para instalação e manutenção de teatros, cinemas museu e bibliotecas no território 5. Facilitar e ampliar linhas de crédito para pessoas físicas, as micro, pequenas e médias empresas da área cultural 6. Fortalecimento de grupos culturais 7. Capacitação para os gestores culturais 8. Implantação de sistemas e planos municipais de cultura 9. Valorização da culinária regional

PROGRAMA	PROJETOS
Registro das manifestações culturais	1. Mapeamento, diagnóstico e registro das manifestações e grupos culturais do território Chapada Diamantina

Eixo: MEIO AMBIENTE

PROGRAMA	PROJETOS
Gestão ambiental	1. Consultoria para implantação dos sistemas de gestão ambiental no território 2. Criação e fortalecimento dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente (Conselhos, fundos e planos)
Recuperação de matas ciliares e nascentes	1. Preservação e recomposição de matas ciliares. 2. Implantar um programa de bolsa para pequenos proprietários de áreas de proteção ambiental 3. Reestruturação e implantação de viveiros de mudas
Educação ambiental	1. Capacitação dos professores da rede pública estadual, municipal, agentes comunitários e de saúde em Educação Ambiental nos 23 municípios. 2. Campanha de Educação Ambiental em todas as Escolas
Unidades de conservação	1. Efetivar a implantação das unidades de conservação existentes no território 2. Implantar usinas de reciclagem em consórcio

Eixo: TURISMO

PROGRAMA	PROJETOS
Estruturação e desenvolvimento do turismo	1. Seminários, palestras, consultorias. (- Roteirização, Profissionalização Empresarial, Gestão ambiental, Comercialização e produção, Turismo como gerador de emprego e renda, Ecoturismo, turismo rural, de aventura, cultural, etc. 2. Estruturação de roteiros turísticos 3. Sinalização turísticas 4. Divulgação das atrações turísticas do território, considerando todas as vertentes (culinária, folclórica, naturais e etc.)

Eixo: INFRAESTRUTURA

PROGRAMA	PROJETOS
Moradia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida em todos os municípios do território 2. Facilitar o acesso ao Programa de Habitação Rural 3. Implantação do Programa de Melhoria da Habitação da FUNASA
Transporte	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aquisição de máquina motoniveladora, rolocompactador e de caçamba para cada município
Abastecimento de água e saneamento	<ol style="list-style-type: none"> 2. Melhorar a coleta e destinação de esgotos e lixos gerados nas localidades 3. Construção de fossas sépticas e fossas sépticas ecológicas para a zona rural 4. Implantação de Esgotamento Sanitário e Destinação final de resíduos sólidos em todos os municípios do Território <p>Chapada Diamantina</p>
Comunicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de rádios comunitários 2. Ampliação e melhoria da cobertura de telefonia celular e internet. 3. Implantação de uma unidade da TVE no território
Segurança Pública	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar concurso público para aumento de efetivo policial 2. Ampliar e melhorar a infraestrutura das delegacias

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de execução da política de desenvolvimento territorial tem se configurado como instrumento importante de gestão social. As reflexões e propostas apresentadas neste plano servirão de base para reivindicações e servirá de norte para ações que serão executadas no território a curto, médio e longo prazo.

Assim a gestão social por meio dessa política, vem qualificando ainda mais a discussão sobre a eficiência na alocação dos recursos, quando as propostas são apresentadas com a participação efetiva da sociedade, sendo ela composta pelo poder público e pela sociedade civil.

Desta forma, uma análise sobre os impactos dos projetos que foram implementados com base nas propostas apresentadas nos planos anteriores mostram significativos avanços no território.

11. ANEXOS

Anexo I – Cooperativas do Território Chapada Diamantina

- Cooperativa dos Produtores de Leite do Médio Paraguaçu - COOPERTAM

A COOPERTAM, fundada em outubro de 1999, começou a operar efetivamente em dezembro desse mesmo ano, sendo seu primeiro presidente o Sr. Lourival Rodrigues de Oliveira. Como seu nome sugere, a expectativa era formar uma cooperativa regional, mas sua evolução fixou ela no município de Marcionílio Souza, com alguns associados em Boa Vista do Tupim.

Neste período a COOPERTAM tem se capitalizado, possui um patrimônio físico apropriado para a coleta do leite, um local para a sede institucional e uma situação financeira positiva, embora no momento da formulação do seu plano estratégico estivesse passando por um período de baixa liquidez, inclusive com atraso na efetivação dos adiantamentos aos associados que entregaram leite.

Os integrantes da cooperativa se distribuem geograficamente em três núcleos claramente identificáveis: Sede e Churé, Caxá e Queimadinha, e alguns moradores do município de Boa Vista do Tupim.

- Cooperativa dos Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina – COOPERBIO

A COOPERBIO atua no Território de Cidadania Chapada Diamantina, Bahia. Sua história começa em 2002, quando três associações de agricultores orgânicos e biodinâmicos se uniram para desenvolver ações em conjunto com os objetivos de certificar seus estabelecimentos rurais e comercializar o café produzido.

Em 2003, a Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica apresentou projeto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que viabilizou o acompanhamento técnico da conversão e a certificação das três associações pelo IBD Certificações.

Em 2005, começaram as discussões para a criação de uma cooperativa que fortalecesse o grupo e que organizasse a comercialização dos produtos.

Assim, em 2008 surge a COOPERBIO, fundada inicialmente com 20 sócios agricultores com a missão de fortalecer e desenvolver a agricultura familiar e ecológica na Chapada Diamantina, com ética e responsabilidade social e ambiental.

Desde este período, a Cooperativa participa de vários eventos e feiras como a BioFach (Alemanha e São Paulo), Fenagro (Rio de Janeiro, Brasília e Salvador), Agrocafé (Salvador) e diversas Feiras de Economia Solidária. Recentemente, participou do Encontro Nacional de Agricultura Familiar Orgânica, em Brasília, contribuindo com as discussões sobre a importância de criação da Associação Nacional de Agricultura Familiar Orgânica.

- Cooperativa dos Produtores de Cana e Seus Derivados da Micro Região de Abaíra - COOPAMA

A COOPAMA foi formada por 33 sócios diretos. Localizada na Rodovia BA 148, Km 124 – Faz. Salgado, Abaíra – BA. Produz cachaça em sua sede desde: 1998.

Os seus produtos da Agricultura Familiar, fabricados em alambiques de cobre na sede da APAMA/COOPAMA, e nas Associações Comunitárias Associadas e Cooperadas. A CACHAÇA ABAÍRA é uma tradição de quase 200 anos, e atualmente os produtores vem se empreendo na busca de uma melhor qualidade do produto para atender o mais fino paladar.

A produção da Cachaça Abaíra acontece nos canaviais da região, assim como algumas novas variedades já vem sendo cultivadas com as orientações dos órgãos de assistência técnica.

A partir da destilação o produto passa pelo laboratório da própria COOPAMA para analise e controle da qualidade. Além de outras amostras serem enviadas á laboratórios oficiais ou credenciados pelos órgãos fiscalizadores. Daí o produto vai para as dornas de aço inoxidável onde após os resultados das analises parte é selecionada para dornas de madeira que dar origem a cachaça OURO e parte é armazenada em dornas de inox que dar origem a cachaça PRATA.

Anexo II – TERRITÓRIO E SUAS INSTÂNCIAS

NOME DO COLEGIADO TERRITORIAL	ENDEREÇO (COMPLETO)	TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO
Conselho de Desenvolvimento Territorial da Chapada Diamantina – CEDETER CHAPADA	Rua Manoel Fabrício, S/N Bairro Tamboril - Seabra-Ba. CEP. 46.900-000 Centro Administrativo da EBDA Gerência de Seabra.	(75)3331-1113 (75)3331-1117	territoriochapada@hotmail.com

ENTIDADES/INSTITUIÇÕES QUE INTEGRAM O COLEGIADO	NOME DO REPRESENTANTE	TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO
Poder Público	Representantes de caráter Municipal		
01 - Prefeitura Municipal de Abaíra	Sonia Almeida Oliveira	(77)3476-2220	sonniaoliver@gail.com
02 - Prefeitura Municipal de Andaraí	Emilio Carlos Ribeiro Tapioca	(75)3335-2529	secdema@gmail.com
03- Prefeitura Municipal de Boninal	Francolino de Souza Ferreira	(75)3330-2375	francoosf@hotmail.com
04 - Prefeitura Municipal de Bonito	Sivestre Gomes de Oliveira	(75)3343-2161	seaqrbonito@yahoo.com.br
05 - Prefeitura Municipal de Iraquara	Manoel Nicolau de Souza Neto	(75)3364-2161	nicolau_ebda@hotmail.com
06 - Prefeitura Municipal de Itaetê	Paulo Cezar Luz	(75)9158-8631	cezapc@hotmail.com
07 - Prefeitura Municipal de Jussiape	Dayane Novais e Silva Carvalho	(77)3414-2103	Jussiape2009@iq.com.br
08 - Prefeitura Municipal de Lençóis			
09 - EBDA – Escritório de Marcionílio Souza	Igor Brito Santa Rosa	(75)3340-2137	igorbsr@yahoo.com.br
10 - EBDA – Escritório de Palmeiras	José Julio de Castro	(75)9130-1725	julio_ebda@hotmail.com
11 – Prefeitura Municipal de Piatã	Rosane Silva Souza	(77)3479-2211	nanepsico@hotmail.com
12 – Prefeitura Municipal de Rio de Contas	Ana Paula Soares	(77)3475-2020	riodecontasprefeitura@uol.com.br
13 - Prefeitura Municipal de Seabra	Reginaldo Azevedo Lima	(75)8176-7149	regilima35@hotmail.com
14 – Prefeitura Municipal de Souto Soares	Marineide Aparecida Moreira	(75)3339-2150	marineide.13@hotmail.com
15 – Prefeitura Municipal de Wagner	José Américo	(75)8845-5239	americoprojetos@yahoo.com.br
Sociedade Civil	Representantes de caráter Municipal	Telefone	e-mail
01 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaíra.	Lucimério Oliveira de Almeida	(77)3476-2328	Edna.ba@hotmail.com

02 – Associação Desenvolvimento Rural de Andaraí e Nova Redenção - ADRA	Edinaldo Souza de Oliveira	(75)8126-0980	edinaldoandarai@hotmail.com
03 – Associação de Cultura Popular Quebra Coco de Boninal	Iêda Lucia Marques de Almeida	(75)3330-2244	medrar@gmail.com
04 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito	Robélio Ferreira Sobreira	(75)Falta	Falta informar
05 - Associação dos Caprinocultores de Ibitiara	Dermeval Barreto de Mattos	(77)3647-2192	dermatos@uol.com.br
06 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iraquara	Suede de Jesus Neves Filho	(75)3364-2242	suedeneves@hotmail.com
07 – Associação dos Trabalhadores Assentados PA Moçambique em Itaetê	Falta informar	Falta informar	Falta informar
08 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lençóis	Abdias Francisco Ribeiro	(75)Falta	Falta informar
09 – Cooperativa de Produtores Leite do Médio Paraguaçu - Marcionílio Souza	Antonio Cunha Bacelar	(75)9151-6139	a.c.bacelar@hotmail.com
10 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mucugê	Antonio Francisco de Oliveira	(75)3338-2189	strmucuge@hotmail.com
11 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Redenção	Laurenço Santos Bruno	(75)3345-2509	sindicatoderedencao@iq.com.br
12 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeiras	Genilson Pereira de Abreu	(75)3332-2064	strpalmeiras@hotmail.com
13 – Associação Local dos Peq. Prod. Rurais de Rio de Contas em Piatã	Adelson Silva Ferreira	(77)3476-2348	cooapama@yahoo.com.br
14 – Associação Desenv.Comunitário Rural Vale do Ribeirão - Rio de Contas	Jocely Bonfim dos Santos	(77)3475-8016	Adcrvr.casadetelha@hotmail.com
15 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Seabra	Carlos Benicio de Souza	(75)3331-2123	Falta informar
16 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Utinga	Luis Gastão Silva Fraga	(75)3337-1380	strdeutinga@yahoo.com.br
17 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Wagner	Murisvaldo Rosa de Oliveira	Falta informar	Falta informar
Poder Público	Representantes de caráter Territorial	Telefone	e-mail

01 - Empresa Baiana Desenvolvimento Agrícola – EBDA Gerencia Seabra	Fábio Lucio Martins Neto	(75)3331-1117	ebdaseabra@hotmail.com
02 – Companhia Desenvolvimento e Ação Regional – CAR Escritório de Seabra	Raimundo Araujo Teixeira	(75)3331-1069	raiteixeira@iq.com.br
03 – Serviço Brasileiro de Apoio micro e Pequenas Empresas – SEBRAE - Seabra	Paulo Andrade Barreto	(75)3331-2368	paulo.andrade@ba.sebrae.com.br
04 – Secretaria Estadual de Cultura SECULT	Pitágoras de Luna Freire Alves	(75)9966-0303	pitagoras.luna@cultura.ba.gov.br
05 – Centro de Referencia em Atenção as Mulheres - CREAM	Riviane Santana Souza	(77)3476-2220	riviane_abaira@hotmail.com
06 – Diretoria Regional de Saúde – DIRES 27 Seabra.	Larissa Celeste de Araujo Paiva	(75)3331-1623	larissalcap@hotmail.com
07 – Diretoria Regional de Educação – DIREC 27 Seabra.	Isaias Rodrigues de Oliveira Junior	(75)3331-1413	Katianedirec27@hotmail.com
08 – Instituto de Gestão das Águas e Clima – INGÁ Seabra.	Fábio Lima Oliveira	Falta informar	Falta informar
Sociedade Civil	Representantes de caráter Territorial	Telefone	e-mail
01 - Cooperativa dos Produtores de cana da micro-região de Abaira - Coopama	Evaristo Carneiro de Souza	(77)9191-4943	ecarneiros@yahoo.com.br
02 - Pólo Sindical da Chapada	José Fernandes Mendes dos Anjos	(75)3331-1898	dlgsindical@hotmail.com
03- Comitê de Mulheres da Chapada Diamantina	Benevalda Pires dos Anjos	Falta informar	Falta informar
04 - Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina - COOPERBIO	Marco Vacaro	Falta informar	Falta informar
05 – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Bahia – FETRAF	Joaci Moreira de Oliveira	(75)9128-7143	joacimsouza@hotmil.com
06 - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia – FETAG	Edney Souza Figueiredo	(75)3331-4149	edneypiata@yahoo.com.br
07 – Movimento de Trabalhadores Acampados e Assentados – CETA	Ademilson Souza Santana	(75)9143-6235	noliaceta@hotmail.com

08 - Associação Comunitária Quilombola de Vazante – Chapada Diamantina	Jaime Cupertino dos Santos	(75)9986-1826	Falta informar
09 - Instituto Pedagógico de Desenvolvimento Agro-social e Comunitário - INPAC	João Alberto de Souza	(75)8138-2955 (75)9129-9221	jalberto40@yahoo.com.br
10 - Federação Baiana de Apicultura e Meliponicultura - FEBAMEL	Pedro Constam	(75)3332-2236	febamel@yahoo.com.br

NOME DO(A)COORDENADOR(A) TERRITORIAL	ENDEREÇO (COMPLETO)	TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO
Evaristo Carneiro de Souza (Titular)	Rua Joaquim Ribeiro Moreira S/N – Centro Abaira/BA.	(77)9191-4943	ecarneiros@yahoo.com.br
Reginaldo Azevedo Lima (Suplente)	Rua Horácio de Matos, 610 – Centro Seabra/BA.	(75)8176-7149	regilima35@hotmail.com

NOME DOS/AS DIRIGENTES DO COMITÊ GESTOR (OU EQUIVALENTE)	NOME DA ENTIDADE OU INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA	TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO
Antonio Cunha Bacelar	Coopertam de Marcionílio Souza	(75)9151-6139	a.c.bacelar@hotmail.com
Reginaldo Azevedo Lima	Prefeitura Municipal de Seabra	(75)8176-7149	regilima35@hotmail.com
Francolino de Souza Ferreira	Prefeitura Municipal de Boninal	(75)9115-5420	francoosf@hotmail.com
Fábio Lucio Martins Neto	Gerencia da EBDA (Seabra)	(77)9136-1326	fabiopiata@yahoo.com.br
Igor Brito Santa Rosa	Escritório da EBDA (Marcionílio Souza)	(75)9138-0755	igorbsr@yahoo.com.br
Raimundo Araujo Teixeira	Escritório da CAR (Seabra)	(75)8818-3213	raiteixeira@ig.com.br
Cássio Roberto Mendes	FETAG – Pólo Sindical da Chapada	(75)3331-1898	dlqsindical@hotmail.com
Evaristo Carneiro de Souza	Coopama de Abaira	(77)9191-4943	ecarneiros@yahoo.com.br
Geisa Gabriele Neiva Silva	Comitê de Mulheres da Chapada Diamantina	(75)9111-7277	geisaneiva@gmail.com
Joaci Moreira de Oliveira	FETRAF Bahia Regional Chapada Diamantina	(75)9128-7143	joacimsouza@yahoo.com.br

NOME DO/A ARTICULADOR/A TERRITORIAL	ENDEREÇO (COMPLETO)	TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO
João Alberto de Souza (SDT / ASCONTEC')	Vila Rigoletto, 06 Centro - Andaraí	(75)8138-2955 (75)9129-9221	jalberto40@yahoo.com.br
Jorge Paulo de Miranda (Ingá / FETAG)	Falta Informar	(75)9910-1749	jorgempaulo@hotmail.com

ENTIDADES/INSTITUIÇÕES QUE INTEGRAM O NÚCLEO TÉCNICO	NOME DO REPRESENTANTE	TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO
Prefeitura Municipal de Piatã	Rosane Silva Souza	(77)3479-2211	nanepsico@hotmail.com
Prefeitura Municipal de Iraquara	Manoel Nicolau de Souza Neto	(77)9945-7869	nicolau_ebda@hotmail.com
Prefeitura Municipal de Andaraí	Emilio Carlos Ribeiro Tapioca	(75)3335-2529	secdema@gmail.com
Associação Comunitária Seabrense	Adriano Santos de Oliveira	(75)99661325	anoosa17@hotmail.com
Secretaria Estadual de Cultura	Pitágoras de Luna Freire Alves	(75)9966-0303	pitagoras.luna@cultura.ba.gov.br
EBDA Escritório de Abaira	Nelson Luz	(77)9127	nlp_aguasuja@hotmail.com
Coopertam de Marcionílio Souza	Antonio Cunha Bacelar	(75)9151-6139	a.c.bacelar@hotmail.com
Associação dos Caprinocultores de Ibitiara	Dermerval Barreto de Mattos	(77)3647-2192	dermatos@uol.com.br
Instituto Pedagógico de Desenvolvimento Agro-social e Comunitário - INPAC	Vinicius Luna Freire	(75)9952-0703	vinilunafreire@hotmail.com
Coopama de Abaira	Rafael Moreira Rocha	(77)3476-2157	rrabaira@yahoo.com.br
FETAG – Pólo Sindical da Chapada	Edney Figueiredo	(75)3331-1898	edneypiata@yahoo.com.br
Coopama de Abaira	Evaristo Carneiro de Souza	(77)9191-4943	ecarneiros@yahoo.com.br
Escritório da CAR (Seabra)	Rilza Ribeiro Rola	(75)3331-1069	rilzarr@hotmail.com
Gerencia da EBDA (Seabra)	Aydyno Freitas de Carvalho	(75)3331-1117	ebdaseabra@hotmail.com
Equipe de ATÉS de Andaraí	Manoela Oliveira	(75)3335-2106	atesandarai@grupos.com.br
Prefeitura Municipal de Seabra	Ana Maria Moreira	(75)3331-1993	anamoreira@hotmail.com
Movimento Velame Vivo	Smitson Oliveira	(75)9984-1600	Smitson13@hotmail.com
Prefeitura Municipal de Seabra	Reginaldo Azevedo Lima	(75)8176-7149	regilima35@hotmail.com

CÂMARAS SETORIAIS

- 01 - Agricultura, Pecuária, Pesca, Questões Fundiárias e Agroindústrias**
- 02 - Educação, Gênero, Geração e Etnia**
- 03 - Saúde**
- 04 - Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Naturais**
- 05 - Economia Solidária, Cooperativismo e Comercialização**
- 06 - Segurança**
- 07 - Infra-estrutura**
- 08 - Turismo, Esporte e Lazer**
- 09 - Cultura**
- 10 - Assistência Social**

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O COLEGIADO TERRITORIAL

POSSUI REGIMENTO OU ESTATUTO OU OUTRO DOCUMENTO QUE REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO?	DATA DO ÚLTIMO EVENTO DE REESTRUTURAÇÃO?			QUAL O REGIME JURÍDICO?
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> X	<input type="checkbox"/> NÃO		26/05/2010 Organização informal em fase de Regularização

Anexo III – Sítio Recomendados

- www.territoriochapada.org.br
- www.cachacaabaira.com
- www.territoriosdacidadania.gov.br
- www.mda.gov.br

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em 07 out. 2010.

CENSO 2010. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=29>. Acesso em: 12 nov. 2010.

COELBA. **Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.** Disponível em: <http://www.coelba.com.br/aplicacoes/menu_secundario/luz_para_Todos/inf_municipais.asp?c=342>. Acesso em 28 set. 2010.

FIRJAN. **Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9229431C90122A3B25FA534A2.htm>>. Acesso em 07 out. 2010.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 out. 2010. (Rebanho).

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 04 set. 2010.

PRODETUR. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.** Pólo Turístico Chapada Diamantina. Volume I. Ago. 2003

PTDS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Chapada Diamantina.** 2007

SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/>>. 2005

SEC. **Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Anuário Estatístico da Educação.** Disponível em: <http://www.educacao.institucional.ba.gov.br/sites/default/files/canal_institucional/arquivos/estatistica_anuario_web.pdf>. Acesso em 08 out. 2010.

SEDUR. **Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.** Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/saneamento.htm>>. Acesso em: 08 out. 2010.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia.** Disponível em: <<http://www.sigbahia.ba.gov.br/Cardapio/sigRelTerritorios.asp?escopo1=4&escopo2=10342&TipoRel=4,%205,%206,%207,%2011,%2012,%2013>>. Acesso em: 19 out. 2010.

SESAB. **Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.** Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/portalsesab/>>. Acesso em 19 out. 2010.